

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO – TERCEIRA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO QUARENTA E SETE**-----

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Ana Margarida Taborda Duarte Martins de Carvalho, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria

Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, António Miguel Silva Avelãs, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Susana Maria da Costa Guimarães, Pedro Miguel Tadeu Costa, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Maria Capitolina Marques, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Mário Nelson Morais Freitas, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rodolfo Knapic e Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo e José António Cardoso Alves. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Saraiva de Almeida Marques. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida de Morais.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Maria Cristina Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Freitas. -----

----- Joana Alegre Duarte (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria da Conceição Zagalo, João Pedro Abreu Costa, Nuno Correia da Silva e Orísia Roque.----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados, Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Assessores, Técnicos, Público Presente, Senhores Jornalistas. Pedia para assumirem os vossos lugares. -----

----- Vamos começar a nossa sessão, Senhores e Senhoras Deputadas pedia as pessoas que não são Deputados para saírem do espaço do Plenário, por favor. -----

----- Senhores Assessores para saírem do espaço do Plenário e para os Senhores Deputados assumirem os vossos lugares. -----

----- E tenho aqui algumas informações pelas quais eu queria começar. -----

----- Senhores Deputados, primeira informação que é a seguinte: Nós ontem em Conferência de Representantes, chegou-se à conclusão que a Proposta n.º 718/CM/2018 que é do Orçamento Plano de Tabela de Taxas e Mapa de Pessoal e mais umas coisinhas, esta Proposta só pode ser votada na quinta-feira, tivemos que fazer uma Sessão Extraordinária, porque como é do vosso conhecimento esta Proposta estava condicionada à adjudicação da hasta pública de Entrecampos e a receita que resultou da hasta pública na adjudicação provisória é superior à que estava no Orçamento, portanto, nós tivemos que incluir a nova receita e também dizer onde é que vamos gastar este excedente de despesa.-----

----- Essa Proposta de alteração desse excedente em matéria de despesa e de receita está incluída na Proposta n.º 718-A/CM/2018, portanto, estão agendadas para quinta-feira a Proposta n.º 718-A/CM/2018, que introduz estes novos valores, nos quadros finais do Orçamento e do Plano, e a Proposta n.º 718/CM/2018 só pode ser votada a seguir, portanto, não teremos hoje este ponto extenso da nossa Ordem de Trabalhos relacionado com a Proposta n.º 718/CM/2018, tinha uma grelha de cinco horas, não vamos ter este ponto. -----

----- Seja como for, a Senhora Deputada do PPM, não pode estar presente na quinta-feira e ontem em Conferência de Representantes ficou assente que, uma vez que não pode estar presente e PPM não tem ninguém que a possa substituir já, neste momento, a Senhora Deputada poderá fazer a sua intervenção antecipadamente hoje, mesmo sem a apresentação da Câmara e sem as outras intervenções, os outros Grupos Municipais não se opuseram a este princípio, mas eu tenho que vos dar conhecimento, quando chegámos a este ponto, daremos a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink

para ela fazer a sua intervenção e o resto da grelha fica para quinta-feira, nós discutirmos integralmente o Orçamento e o Plano e as Alterações ao Orçamento e Plano e tudo o mais anexo a essa Proposta.-----

----- Os outros Pontos podemos vota-los e, portanto, penso que será hoje a nossa Ordem de Trabalhos, essa.-----

----- Dizer-vos, também, o seguinte: temos na Ordem de trabalhos, um pedido de aprovação Atas e algumas são importantes para mandar para o Tribunal de Contas, portanto, eu ia vos pedir se não se importam que, a aprovação das Atas e de um excerto de uma Ata que tem que ser enviada para várias entidades públicas, nomeadamente o Tribunal de Contas, possa ser votada logo no princípio da Ordem de Trabalhos como habitualmente fazemos, para depois começámos a Ordem de Trabalhos, se não houver oposição assim faremos.-----

----- Finalmente dizer-vos que, tenho na Mesa um Voto de Pesar pelo “Falecimento da equipa médica do INEM” e o Voto de Saudação do PSD relacionado com o “Acidente da Carris, na Rua de São Domingos à Lapa” e que pergunto se há alguma objeção que esses votos podem ser apresentados e votados hoje, pergunto se há alguma objeção? Se não houver nenhuma objeção, faremos logo no início da Sessão e depois entramos na nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- E na Ordem de trabalhos, começamos pelas Atas e excerto da Ata e depois fazemos a Ordem de trabalhos normal, sendo certo que, na Proposta n.º 718/CM/2018, que é o Ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos na Proposta n.º 718/CM/2018, nesta proposta, teremos apenas a intervenção do PPM e os outros partidos reservam para quinta-feira as intervenções sobre esta matéria.-----

----- Se estão de acordo com esta metodologia, é assim que faremos, queria também lembrar todos os presentes, incluindo pessoas que estão a assistir à Sessão aqui presentes no Fórum presencialmente que, no final dos trabalhos de hoje, nós teremos o nossa tradicional lanche de Natal de convívio, ali no *Foyer* grande, que é oferecido pela Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados, as Senhoras Deputadas, aos Assessores, aos Gabinetes, aos Senhores Jornalistas e ao Público que esteja presente, com muito gosto serão nossos convidados, para esse lanche de convívio, que será no fim da Ordem de Trabalhos, portanto, queria transmitir isto para, também, organizarem a vossa vida em conformidade.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- “E posto, isto acho que estamos em condições de começar então em concreto com os nossos trabalhos e a primeira que coisa que vou fazer, vou perguntar é quem é que dos meus secretários quer ler o Voto de Pesar do PAN, pelo “Falecimento da equipa de emergência médica do INEM”, o Primeiro Secretário vai ler o Voto de Pesar.-----

----- Senhores Deputados, vosso silêncio. Estamos a ler um Voto de Pesar.”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 047/02 (PAN) – (Subscrito Por todos os Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento da equipa de emergência médica”;**-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo**, procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 047/02 (PAN)**:-----

----- “Voto de Pesar -----

----- - *Pelo falecimento da equipa de emergência médica do INEM* - -----

----- *No passado sábado, dia 15 de Dezembro, Daniela Silva, João Lima, Luís Rosindo e Luís Vega perderam a vida devido à queda do helicóptero do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) onde seguiam, na zona de Valongo. Quatro heróis que escolheram dedicar a sua vida a salvar a vida de outros, e que morreram de forma trágica em serviço.* -----

----- *Daniela Silva, enfermeira, natural de Baltar, tinha 34 anos e fazia parte dos quadros do INEM no Porto, onde fazia meio aéreo e Suporte Imediato de Vida. Foi bombeira voluntária durante 20 anos e era filha de um bombeiro do quadro de honra dos Voluntários de Baltar e irmã de uma outra bombeira da corporação.* -----

----- *João Lima, de 56 anos, natural de Viseu, era piloto há 25 anos e classificado pelos colegas como um dos “comandantes” mais experientes. Desistiu de ser piloto na TAP pois o que queria fazer era combater incêndios e salvar vítimas. Em 2011, esteve envolvido no resgate de jovens que ficaram encurralados nas cataratas do Bal Couvo, em Gavião, e foi eleito “Herói Correio da Manhã”.* -----

----- *Luís Rosindo, natural de Setúbal, tinha 31 anos e residia em Palmela. Apaixonado pelo ciclismo, depois de terminar a escola secundária, alistou-se na Força Aérea Portuguesa para se dedicar à pilotagem de helicópteros. Estava ainda a tirar um curso de Engenharia, Gestão e Administração no ISEG, em Lisboa.* -----

----- *Luís Vega nasceu na Corunha (Espanha) em 1971 e trabalhava há 19 anos na Urgência do Hospital de S. Sebastião, na Feira. Fazia parte da equipa da Viatura Médica de Emergência e Reanimação da Feira e, uma vez por mês, integrava a equipa do INEM que se encontrava de serviço no helicóptero.*-----

----- *Como diria Winston Churchill “Vivemos com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos.” Nas pessoas destes heróis, que hoje deixam o bom combate mais pobre, o nosso sentido agradecimento pela forma altruísta como pautaram as suas vidas e marcaram a dos demais, assim como o fazem diariamente tantas pessoas que se apresentam ao serviço do bem comum. Que o seu exemplo perdure na nossa memória coletiva.* -----

----- *Face ao exposto, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua 47ª Reunião, na Continuação da Sessão Ordinária de Novembro, 3ª reunião de 18 de dezembro, delibere:* -----

----- *1. Manifestar a sua tristeza e profundo pesar pelo falecimento de Daniela Silva, João Lima, Luís Rosindo e Luís Vega e a sua solidariedade para com as suas famílias e colegas, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem;*-----

----- *2. Enviar o presente voto de pesar ao INEM.*-----

----- *Lisboa, 18 de Dezembro de 2018* -----

----- *O Grupo Municipal do Pessoas - Animais – Natureza* -----

----- *Miguel Santos*-----

----- *Inês de Sousa Real.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa, subscrive este voto.-----

----- Eu pergunto, vamos desde já votar este e fazer o respetivo minuto de silêncio.-----

----- Toda a gente subscrive, portanto, pergunto se alguém está em desacordo, portanto, é um voto subscrito por todas as bancadas e Deputados Independentes e vamos pôr à votação.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Pesar n.º 047/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. O **Voto de Pesar n.º 047/02 (PAN)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (O **Voto de Pesar n.º 047/02 (PAN)**, foi subscrito por todos os Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes)-----

----- (Ausência do de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento da Equipa emergência médica do INEM)-----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO n.º 047/01 (PSD) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD) “Voto de Saudação Elétrico da Carreira 25E da Carris”;**-----

----- (O Voto de Saudação n.º 047/01 fica anexado à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados, vamos agora ao Voto de Saudação apresentado pelo PSD a Senhora Segunda Secretária vai ler.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura do **Voto de Saudação n.º 047/01 (PSD)**:-----

----- “*Voto de Saudação*-----

----- *No passado dia 14 de Dezembro (sexta-feira), pelas 18h00, o elétrico da carreira 25E da Carris, que faz o percurso entre Campo de Ourique e a Praça da Figueira, descarrilou no cruzamento da Rua Garcia de Orta com a Rua de São Domingos à Lapa.*-----

----- *Este acidente, que se lamenta, provocou 28 feridos, aparentemente sem consequências muito graves, e que teve na pronta assistência dos meios do INEM, dos Bombeiros Sapadores de Lisboa e da Polícia de Segurança Pública (PSP), a demonstração do seu profissionalismo e capacidade de resposta.*-----

----- *Para com todos aqueles que diariamente estão disponíveis para nos servir no desempenho das suas funções e que na maioria dos casos, abdicam do seu conforto e presença junto das suas famílias, para estarem ao serviço do próximo (INEM, Bombeiros e Forças de Segurança Pública), só podemos demonstrar a nossa maior consideração e respeito.*-----

----- *Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2018.*-----

----- - *Prestar um Voto de Saudação ao INEM, Bombeiros Sapadores de Lisboa e Policia de Segurança Publica (PSP).*-----

----- - *Este Voto deverá ser enviado às entidades supracitadas.*-----

----- *Lisboa, 22 de Outubro de 2018*-----

----- *O Grupo Municipal do PSD*-----

----- *Luís Newton*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputado, tenho aqui a informação que há aqui uma ligeira Proposta de Alteração que tem o acordo nos proponentes e que é apresentada pelos Deputados Independentes, onde se diz: “Este acidente provocou vinte e oito feridos”, ficar “Este acidente que se lamenta, provocou vinte e oito feridos” e em vez de: “Felizmente, sem consequências muito graves”, ficar: ”Aparentemente, sem consequências muito graves”, porque parece que é mais sensato propor esta redação. Está toda a gente de acordo e confortável com esta redação? Então é esta redação que vai ser posta à votação.”-----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Saudação n.º 047/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. O **Voto de Pesar n.º 047/01** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (Ausência do de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **5. APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 30 DE 12.07.2018, N.º 31 DE 17.07.2018 E N.º 32 DE 19.07.2018;**-----

----- **9. APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA N.º 36, DE 25.09.2018, RESPEITANTE À PROPOSTA N.º 564/CM/2018 - AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE LISBOA DO PRÉDIO SITO NO CAMPO GRANDE N.º S 272, 274 E 276, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA;**-----

----- **10. APROVAÇÃO DA ATA N.º 33 DE 24.07.2018.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou a intervenção:-----

----- “Sendo assim, Senhores Deputados temos os votos aprovados, eu iria agora propor-vos conforme tinha dito há pouco, que antes de entrarmos no Ponto 1 da Ordem de trabalhos víssemos as atas, temos aqui um conjunto grande de Atas, é o Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, temos a Ata de 12 de julho, a Ata de 17 de julho e Ata n.º 30 de 12 de julho, a Ata n.º 31 de 17 de julho, a Ata n.º 32 de 19 de julho e depois temos em aditamento ainda a Ata n.º 33 de 24 de julho e os Excerto da Ata n.º 36 de 25 de setembro e, portanto, vamos pôr à consideração, pergunto se alguém quer intervir sobre estas atas, se não há intervenções sobre as Atas, nós temos que fazer a votação separadamente, porque os resultados podem ser não ser os mesmos, os Senhores Deputados que não tivermos presentes nestas reuniões, não poderão participar nestas votações mas, isso ficará expresso na proclamação dos resultados.”-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Ata n.º 30 de 12 de julho de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 30, Sessão Ordinária de Junho- Terceira Reunião, realizada em doze de julho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Augusto Miguel Gama (PS), Hugo Gaspar (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Maria José Cruz (PSD), Diogo Moura (CDS-PP), João Condeixa (CDS-PP), Margarida Penedo (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Fernando Garcia Correia (PCP), Graciela Simões (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Nádía Teixeira (MPT), Mário Freitas (MPT), Aline Beuvink (PPM), José Sobreda Antunes (PEV), José Franco (IND), Helena Roseta (IND) e António Avelãs (IND). ----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Ata n.º 31 de 17 de julho de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 31, Sessão Ordinária de Junho - Quarta Reunião, realizada em dezassete de julho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Hugo Gaspar (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Luís Duarte Carreira (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), João Condeixa (CDS-PP), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Graciela Simões (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Nádía Teixeira (MPT) e Helena Roseta (IND). -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Ata n.º 32 de 19 de julho de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 32, Sessão Extraordinária, realizada em dezanove de julho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Augusto Miguel Gama (PS), Hugo Gaspar (PS), Pedro Delgado

Alves (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Luís Duarte Carreira (PS), Natalina Moura (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), Diogo Moura (CDS-PP), João Condeixa (CDS-PP), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Maria Luísa Aldim (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Fernando Garcia Correia (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Nádía Teixeira (MPT), José Sobreda Antunes (PEV), Helena Roseta (IND) e António Avelãs (IND). -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Excerto da Ata n.º 36 de 25 de setembro de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Excerto da Ata n.º 36, Sessão Ordinária de Setembro, Segunda Reunião, realizada em vinte e cinco de setembro dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Hugo Gaspar (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Luís Duarte Carreira (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Maria Luísa Aldim (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Rita Calvário (BE), Tiago Ivo Cruz (BE), Nádía Teixeira (MPT), António Avelãs (IND) e Patrícia Gonçalves (IND). -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Ata n.º 33 de 24 de julho de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 33, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e quatro de julho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Hugo Gaspar (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Luís Duarte Carreira (PS), Miguel Teixeira (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Fernando Correia (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Tiago Ivo Cruz (BE), Nádía Teixeira (MPT), António Avelãs (IND) e Maria Teresa Craveiro (IND). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou a intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, creio que podemos se não vê inconveniente, propor uma salva de palmas ao GAAM pelo esforço que fez, para trazer estas atas todas e fechar todo este trabalho para termos as Atas o mais possível em dia e é um trabalho muito importante e peço que fique registado este aplauso ao trabalho do GAAM, mais precisamente o NAPLEN que é o Núcleo que dá apoio ao plenário.” -----

----- (Neste momento, ouviu-se na Sala do Plenário uma salva de palmas)-----

----- **1. APRECIACÃO DA PROPOSTA 817/CM/2018 - ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA E À FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE DORMIDA, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO EM CÂMARA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 8.º DA LEI N.º 53-E/2006, DE 29 DE DEZEMBRO, BEM COMO DAS ALÍNEAS C) E G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente, eventual pronúncia da 2ª Comissão Permanente;** -----

----- (A Proposta nº 817/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta alteração do Grupo Municipal do PSD à Proposta nº 817/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou a intervenção:-----

----- “Senhores Deputados agora sim, podemos entrar na Proposta n.º 817/CM/2018, são as alterações ao Regulamento de taxas, esta Proposta tem uma Proposta de alteração do PSD e tem um Parecer da 1ª Comissão, mas a primeira coisa a fazermos é ouvirmos apresentação do Senhor Vereador, João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, muito boa tarde Senhores Deputados.-----

----- A Proposta que hoje trazemos sobre a alteração do Regulamento Geral Taxas Preços e outras Receitas, tem como principais características a adequação do valor da taxa turística de dormidas, passando de um euro para dois euros. E a segunda maior nota a assinalar, também, sobre alterações é o robustecimento de um regime normativo e disciplinador que faça com que aqueles que, possam ter a ideia de incumprir obrigações relativas à liquidação e cobrança desta taxa possam ser dissuadidos de o fazer. -----

----- Depois há um conjunto de outras precisões, essas de pequena monta relativamente ao conceito de hóspede, ao pagamento da taxa independentemente do motivo da estadia, à adequação do período conservação dos documentos ao prazo de

caducidade das liquidações, entre um conjunto de outras que me dispense agora aqui de referir e, portanto, é isso que vos submetemos.-----

----- Uma outra alteração, também, bastante substantiva prende-se com o, facto de, a descontinuarmos em face de que uma troca de correspondência e um conjunto de pareceres formais da União Europeia, nomeadamente, da Comissão Europeia termos descontinuado aquilo que era a taxa turística de chegadas, em virtude de a União Europeia contestar o facto de, na taxa que nós tínhamos desenhado na taxa turística de chegadas, haver uma isenção para quem tivesse domicílio fiscal em Portugal. E, portanto, essa foi considerada pela União Europeia norma violadora daquilo que são as regras europeias, a legislação europeia e, portanto, o município de Lisboa resolveu não litigar com a União Europeia mas sim, no ir até em face da dificuldade de montámos um sistema que nos permitisse a cobrança dessa mesma taxa, como já, aliás, várias vezes tínhamos referido. -----

----- Por último, Senhora Presidente e já não, relativamente apresentação desta Proposta, mas sim se me permitir, referendo-me já àquilo que é a Proposta do PSD que, com a informação que temos à data não cumpre aquilo que são os regulamentos europeus, que, aliás, são referidos e foram referidos na retirar, daquela cláusula que instituía a taxa turística de chegada e, portanto, essa questão à data com a informação que temos parece-nos suficientemente relevante para não acompanharmos esta Proposta, mas sem prejuízo em face das informações que são referidas pela própria Proposta do PSD, iremos analisar aquilo que, também, é referido e já confirmámos o facto de Paris e Roma, nomeadamente entre outras cidades, estarem a aplicar isenção a quem tem domicílio fiscal na cidade que aplica taxas congéneres a esta nossa, portanto, vamos analisar, vamos estudar com a informação que temos à data parece-nos de que não acompanhar esta Proposta do PSD, em face de ela nos parecer manifestamente contrária à regulamentação europeia sobre esta matéria.-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou a intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados Municipais, agora temos a apresentação do Parecer da 1ª Comissão, o Relator é o Senhor Deputado Hugo Lobo, o não vejo aí, pergunto se a Senhora Presidente da 1ª Comissão se quer apresentar o relatório 1ª Comissão? Não é necessário! -----

----- Pergunto à 2ª Comissão Permanente se tem algum aspeto a acrescentar ao Parecer da 1ª Comissão? Não se pronunciam, só se quissem. -----

----- Então nesse caso damos a palavra ao Senhor Deputado do PS.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Não, peço desculpa, Senhora Segunda Secretária tem que ser primeiro o Senhor Deputado que tem uma Proposta apresentada que é o Senhor Deputado do PSD. -----

----- Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, para apresentar a sua Proposta de alteração.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- A Proposta de alteração à taxa turística que o PSD traz hoje, a esta Assembleia é uma Proposta lógica, justa, mas que não é original. É lógica porque um residente em Lisboa, pelo facto de ficar hospedado numa unidade de turismo, não representa qualquer acréscimo de carga turística ou de desgaste da cidade, das suas infraestruturas dos seus espaços verdes ou do seu património, também, não obrigada a mais limpeza e higiene urbana, nem a mais políticas de mobilidade. -----

----- Esta proposta é ainda justa, pois os lisboetas já pagam taxas suficientes, pelo facto de residir em Lisboa. Taxas, essas que visam financiar as mesmas políticas que aquelas que são invocadas para a cobrança da taxa turística, podemos inclusive, estar perante um caso de dupla tributação. -----

----- Mas esta proposta não é original e não é porque existem já outras capitais europeias que, na aplicação da taxa turística na vertente de dormidas, isentam os seus residentes. São exemplos disso, conferem inclusive acrescentarmos na Proposta, as cidades de Paris ou Roma, o que pretendemos é que Lisboa adote, a mesma discriminação positiva, que algumas das suas congéneres europeias, esperamos assim poder contar com o voto favorável da generalidade dos partidos a esta Proposta que apresentamos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra ao Deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público, Comunicação Social. -----

----- Sobre esta matéria, supostamente e segundo informação da Vereação, a receita da taxa turística será naturalmente encaminhada para atender, em especial as questões da limpeza urbana e dos transportes nas zonas em que o turismo tem uma maior expressão e, portanto, tem maiores problemas nestes domínios. -----

----- A taxa turística quando foi criada, já tinha como argumento aquilo que é usado como justificação para aumentar e que essas receitas não serviriam essencialmente

para isso, pelo que a cidade continua a ter problemas e sérios, em todos estes domínios.-----

----- A boa qualidade dos serviços de higiene urbana, não pode e não tem de depender desta e de outras taxas e o dinheiro proveniente dessa taxa tem sido usado para investimentos que assentou a dinâmica turística. -----

----- No que respeita à taxa turística, mas não foi alterado relativamente às condições de utilização destas verbas e ao papel que nessas definição dessas condições, tem algumas entidades privadas, o Fundo de Desenvolvimento Turístico, para onde as receitas da taxa são encaminhadas, não viu alterado o seu Regulamento nesse domínio, portanto, votaremos contra.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- O turismo apresenta uma sobrecarga sobre serviços públicos da cidade, logo desafios que vão desde o saneamento até habitação e transportes que justificam e exigem uma taxa própria.-----

----- Agora que se provou, que a teoria da direita sobre o colapso do mercado turístico devido a uma taxa de um euro era demagogia, sem qualquer sentido. A cidade vai por proposta do Bloco duplicar este valor, aumentando a capacidade do Município em responder às necessidades dos lisboetas. -----

----- Portanto, estes não é um debate sobre a viabilidade ou não de uma taxa turística que, relembro contínua ridiculamente baixa sobre qualquer comparação europeia ou internacional, falando apenas do exemplo Espanhol que aplica na maioria das cidades quatro euros por noite e por pessoa, a taxa turística comprovadamente não desincentiva o turismo.-----

----- Esse debate acabou e por isso o que se discute agora é onde e como se investe o dinheiro.-----

----- A posição do Bloco é a posição óbvia. Se há uma taxa necessária para amenizar a sobrecarga turismo nos serviços públicos da cidade, então deve ser o município a gerir esta receita por inteiro, o que não se pode fazer é entregar essa receita ao promotores de turismo que não vamos investir na cidade, mas sim promover o seu negócio.-----

----- Não faz qualquer sentido entregar uma receita pública, para planos de marketing turístico, achamos que esta estratégia é um erro que o Partido Socialista deveria e poderia corrigir e teria todo o apoio do Bloco e julgo que desta Assembleia para o fazer. Ainda assim, a duplicação da taxa turística é uma clara vitória para a Cidade e para os lisboetas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Relativamente à proposta que agora apreciamos, que visa, entre outras questões, duplicar o valor da Taxa Turística, prevendo-se obter 36,5 milhões de euros de receitas, o que representa uma subida de 152%, Os Verdes pretendem salientar alguns aspetos, começando por referir que esta taxa, desde que foi criada, tem servido para financiar fins privados, princípio com que “Os Verdes” não estão de acordo.-----

----- As condições e a forma de utilização das verbas provenientes desta taxa deveriam ser alteradas, algo que se mantém intocável, porque, neste domínio, o executivo nada altera.-----

----- A receita desta taxa continua a ser canalizada para o Fundo de Desenvolvimento Turístico, gerida pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Associação de Turismo e pela Associação de Hoteleiros, que acabam por ter um papel determinante na sua gestão, o que não garante o seu encaminhamento na íntegra para áreas que pudessem mitigar os efeitos do turismo e proporcionar melhor qualidade de vida às populações, como até chegou a ser anunciado pelo Executivo, na apresentação da proposta relativa a esta taxa.-----

----- Apesar de, agora, o executivo dizer que isso vai ser feito, a verdade é que Lisboa continua a ter sérios problemas em vários domínios e a taxa não veio ajudar a resolvê-los.-----

----- Em vez disso, tem sido usada para investimentos que acentuam a dinâmica turística, como recentemente no Festival da Eurovisão. E daqui para a frente não deverá ser muito diferente, veja-se o exemplo do financiamento das obras de ampliação da FIL, que acolhe a *Web Summit* e outros eventos, optando a Câmara por canalizar as receitas desta taxa para fazer obras num espaço que pertence à Associação Industrial Portuguesa.-----

----- Acrescente-se ainda que se prevê que as primeiras obras devam estar prontas já para a edição de 2019, o que nos remete para o facto de muitos dos problemas da cidade continuarem sem resposta não só por incapacidade mas também por falta de vontade do executivo, porque há situações que são resolvidas com bastante celeridade, como é o caso, basta que haja interesse.-----

----- Em suma, “Os Verdes” entendem que a taxa turística deve ser reavaliada no seu alcance e nas suas finalidades, para que os dinheiros públicos sejam utilizados para a satisfação das necessidades das populações e para a melhoria das suas condições de vida, e não é isso que nos está a ser proposto, pelo que não poderemos acompanhar esta proposta.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, em circunstância de um Deputado Municipal ter menos tempo que o público para falar é sempre assinalável.-----

----- Mas para dizer o seguinte: Em relação à Proposta do PSD que é justa, a mesma não colhe vencimento. É que, a forma como propõe que seja feita a prova da residência, implica a utilização de uma certidão das Finanças que tem um código de validade de três meses, portanto, aprovar desde já essa Proposta, hoje, seria de uma irresponsabilidade porque ninguém controlaria o seu efeito e alcance, para além de que normalmente as Finanças e, vou terminar Senhora Presidente.-----

----- A indústria hoteleira só guarda o registo do número de pessoas, teria que fazer uma discriminação do número de pessoas, porque nem sempre fica uma pessoa por quarto, portanto, aguardará melhores núpcias e não poderei votar a favor, abster-me-ei.-----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Caros Vereadores, Caros Deputados.-----

----- Relativamente à taxa turística, dizer aquilo que tem sido a nossa posição, àquilo que tem sido aplicação das receitas da taxa, nós continuamos a considerar que ela devia ter duas vertes de aplicação, uma com uma carga muito maior naquilo que são os impactos negativos do turismo, nomeadamente no espaço público, no imobiliário urbano e na higiene urbana, já trouxemos aqui a esta Assembleia uma Proposta que foi aprovada por unanimidade, em que a Câmara se comprometeu a executar e até hoje não o fez e que são coisas tão simples como sanitários públicos nas zonas de maior pressão turística, porque isso obviamente, não havendo os turistas acabam por procurar aquilo que são estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas e, portanto, há uma sobrecarga, também, para os comerciantes de Lisboa.-----

----- E depois obviamente, também, criando e ao contrário daquilo que já foi dito por alguns Deputados, deve de haver algum investimento daquilo que deve ser novas centralidades e pluralidades turísticas e culturais. Nós temos uma grande riqueza histórica e patrimonial na zona norte da cidade, nomeadamente no Lumiar, temos uma riqueza muito grande na zona oriental da cidade e, portanto, elas deviam ser potenciadas enquanto novos destinos e novas rotas culturais e históricas. -----

----- Relativamente à Isenção que é aqui proposta pelo PSD e que nós por princípio concordamos. Já foi aqui dito, o caso Paris e Roma que isenta, portanto, se existe normas europeias, a norma aplicada num país, não é noutras. Conhecemos casos, em que haja sanções ou autos por parte da Comissão Europeia a estas duas capitais da Europa. -----

----- E Depois a Câmara baseia-se naquilo que é Parecer da Comissão Europeia, relativamente à taxa aérea, que não podemos comparar com a taxa de dormida que são coisas completamente distintas. E quando se fala da questão na residência fiscal, esse próprio Parecer, também, diz que pode haver, salvo justificação em contrária, deve-se pugnar pela igualdade naquilo que diz respeito à residência fiscal mas, também, é verdade que o próprio Parecer diz que se for devidamente justificado em posição contrária, também, o pode ser. -----

----- E, portanto, no caso do Porto, dar a nota que no Porto para além da isenção até aos treze anos, incluindo os treze anos, também, há uma isenção por portadores de deficiência, mesmo que eles sejam residentes no concelho do Porto e, portanto, depende da Câmara criar essas isenções ou não. -----

----- Mas se nós formos ver isso acontece em Cascais, como acontece no Porto onde existe taxa turística, nós formos ver os números disponibilizados pelo Turismo de Portugal, a taxa de dormidas por residentes do próprio concelho é praticamente inexistente e provavelmente acontecerá o mesmo em Lisboa. -----

----- Quando é que nós temos necessidade de aplicar esta isenção, no caso de calamidade ou seja, se nós tivermos aqui uma situação em que há um incêndio num prédio, há uma inundação, há um problema de calamidade de saúde pública, estas pessoas tem que ir para uma unidade hoteleira, obviamente, que estas pessoas não deveriam de pagar uma taxa de dormida, porque já pagam o Imposto Municipal que é o IMI e estamos a falar de um caso de urgência e, portanto, nestes casos, dar aqui o exemplo, da Rua Damasceno Monteiro, em que a Câmara não teve habitações suficientes para dar resposta e fez e bem, fez o pagamento de pensões para que estas pessoas pudessem ficar durante um determinado período de tempo, porque muitas destas pessoas não tinham apoio familiar. -----

----- E, portanto, Senhor Presidente dizer que nós por principio concordamos que a Câmara deve avaliar esta Proposta que hoje é aqui apresentada pelo PSD. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Costa pede a palavra para uma interpelação à Mesa. -----

----- Muito bem, então vamos prosseguir” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhora Presidente é sempre positivos vermos que em discussão, nesta Proposta da Câmara e da Taxa Turística em si, a Assembleia Municipal de Lisboa discute na verdade a aplicação, há uma divergência não quanto à essência da taxa, mas sim, naquilo que é a aplicação da receita da taxa, isto é, naturalmente uma evolução muito positiva que gostaríamos de destacar.-----

----- Relativamente à Proposta apresentada aqui pelo PSD. O Senhor Deputado veio aqui dizer que ela é lógica, é justa e original, mas não é nova. -----

----- Oh! Senhor Deputado, eu costumo dizer às vezes que surjam Propostas ou ideias novas que não são boas, ideias novas que não são novas, neste caso não se pode aplicar, porque esta não é nova mas, também, não é boa, Senhor Deputado. -----

----- Porque, na verdade, Senhor Deputado, eu nem vou começar por perguntar onde é que os Senhores Deputados passam as noites dentro da Cidade, quando não as passam dentro de casa, se andam a pagar taxa a mais ou não. Não é por aí que vamos entrar, certamente, Mas, oh! Senhores Deputados a verdade é que o Senhor Deputado falou aqui nas taxas suficientes, na dupla tributação e a questão que se coloca é, Senhor Deputado, não vejo a preocupação de vossas excelências no Município de Cascais, quer dizer os Senhores não tem esta mesma preocupação em Cascais, quando o Regulamento que existe relativamente as taxas é exatamente igual aquele que existe na Cidade de Lisboa e não houve qualquer Proposta de alteração, relativamente à questão que aqui vem agora invocar, aliás, houve uma, passar a ser o mesmo valor que existe a Lisboa.-----

----- Portanto, aquilo que os Senhores fizeram, no único sítio da Área Metropolitana de Lisboa ou, aliás, tirando Mafra, mas no único sítio turístico, que poderiam fazer alguma coisa, foi aumentar o valor da taxa turística e acompanhar a cidade de Lisboa. No entanto, o PSD em Cascais esqueceu-se de apresentar esta isenção para os seus municípios.-----

----- Oh! Senhor Deputado, e depois há aqui uma questão, de facto, há situações excepcionais e essas situações excepcionais de emergência médica e social. Oh! Senhor deputado, a cidade de Lisboa através da Santa Casa da Misericórdia e através, ainda há pouco aprovamos uma Moção, um Voto de Saudação unânime pro todos nós. A Cidade de Lisboa tem, felizmente um apoio social de largo espectro e, tem dado apoio suficiente, por vezes não chega em nunca chegará e nunca será bastante, mas é felizmente, o suficiente para dizer que, quando há uma situação de emergência, e uma

situação quer seja de uma calamidade médica, quer seja social, a solução parece-me salvo melhor opinião, que não é que as pessoas se vão instalar ali no Ritz. -----
----- E, portanto, isentar uma pessoa que está numa situação de emergência social de um pagamento, de uma taxa turística, não é por esta via que vamos alcançar. -----
----- No entanto, de registo que o Município e Executivo já se manifestou disponível para analisar a questão mas, de facto, neste momento, por todos os argumentos até aduzidos, naturalmente, não vamos poder acompanhar a Proposta do PSD que, aquilo que, de facto, trouxe como novidade foi que hoje a notícia no jornal era que iam presente aqui, mas ela não é boa, não é nova e, naturalmente, não merece o nosso acolhimento e não será aprovada. -----
----- Disse!” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Deputada venha com cuidado que sabemos que está com problemas de mobilidade, se quiser pode falar do seu lugar mas se quiser subir as escadas.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigada pela sua atenção Senhora Presidente. -----
----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputado, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----
----- Apreciamos hoje a Proposta n.º 817/CM/2018 respeitante às Alterações do Regulamento Geral das Taxas, Preços e outras receitas do Município e à fundamentação económica e financeira da taxa municipal turística de dormida. -----
----- Na Proposta que apreciamos justifica-se que e passo a citar: “os múltiplos desafios em presença no quadro do crescente fenómeno turístico, apontam para a necessidade de rever o valor da taxa turística de dormida fixado em 2014, visando uma maior adequação deste valor ao empato atual nos recursos da cidade e permitindo melhorar a oferta que tem vindo a ser feita neste âmbito, da responsabilidade do município numa base de proporcionalidade, ponderação e equilíbrio.-----
----- Assim foi apresentada justificação e aberto o período de discussão pública, segundo os considerandos, amplamente publicitados, pois bem, esses contributos foi apenas um e não aceite. Segundo este o conceito “hóspede” que consta desta proposta inclui todos os cidadãos portugueses que, por qualquer razão de interesse do Senhor Deputado Manuel Lage ou não, fiquem alojados em estabelecimentos turísticos ou em alojamento local e que já pagam os seus impostos, portanto, não devem por isso ser sujeitos a esta taxa. -----

----- Já ouvi aqui os exemplos de Cascais entre outros, mas, como diz o povo “ com o mal dos outros podemos nós bem”. Independentemente da argumentação para a recusa deste contributo a verdade é que, com esta alteração e duplicação do valor da taxa para dois euros, ser turista na sua própria cidade ou país continuará a ser taxado desta feita pelo dobro. -----

----- Taxar os estrangeiros que nos visitam não parece injusto, agora taxar os portugueses Senhor Vereador? Os portugueses pagarem uma taxa adicional para dormirem no seu próprio país, a sério? Já não bastam todos os impostos, as taxas e as taxinhas? Mais esta? Não lhe parece, Senhor Vereador que está a tomar contornos de um pecado capital que é a ganância? Veja lá se não se agarra à taxa de dormida como *Gollum* ao anel no Senhor dos Anéis a dizer “*my precious*”. -----

----- A receita desta taxa deverá saber direcionada para fins tangíveis conforme é referido no documento e passo a citar: “Com investimento na criação de manutenção, qualificação e diversificação de estruturas e infraestruturas e equipamentos, promoção e oferta turística e de serviços gerais da cidade.” Estaremos pois atentos à evolução da cobrança, fiscalização mas, fundamentalmente a sua aplicação na expectativa de que o cidadão duplamente taxado possa ser duplamente ou pelo menos de alguma forma compensado. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- Uma taxa, neste caso a Taxa Turística, pelas contas que foram apresentadas, queremos que está totalmente justificada, aliás, é bastante inferior ao impacto que se contabiliza relativamente a cidade de Lisboa. -----

----- A questão, portanto, não é se ela se justifique ou não, se tem um valor adequado ou não, que queremos que sim que tem mas, realmente as questões da aplicação e as questões do Universo. -----

----- As questões do Universo como levanta o PSD na sua proposta, são discutíveis. A questão dos nacionais serem beneficiados em relação aos estrangeiros, levantou já polémica na União Europeia e, portanto, não nos parece que isso possa acolher. Portanto, relativamente à questão do universo de aplicação e especificamente relativamente à Proposta do PSD, nós iremos abster-nos. -----

----- Relativamente à aplicação do produto da taxa, aí sim, creio que há coisas que devem ser alteradas, esta taxa e uma vez que até estamos com um valor abaixo do impacto da carga turística na cidade de Lisboa, tudo aquilo que possa ser feito para

corrigir esse impacto turístico, é bem-vindo, ou seja, como já foi levantado, mais casas de banho municipais espalhadas pela cidade, aliás, uma Proposta do CDS-PP que não foi cumprida, uma Recomendação aprovada na Assembleia que não foi cumprida.-----

----- Portanto, tudo aquilo que seja para corrigir de alguma forma o impacto da carga turística é benéfico. Quem diz isso, diz os serviços de recolha de lixo, portanto, todo o impacto que nós sabemos que existe e que a taxa não cobre na sua totalidade. -----

----- Relativamente, portanto, a utilização da taxa para fazer outro tipo de atividades, nomeadamente, a entrega ao hotel, aí já nós não estamos de acordo mas, esperamos que isto possa de alguma forma ser corrigido na próxima discussão do orçamento. -----

----- Portanto, sim, votaremos favoravelmente e esperemos que possa sofrer ainda alguma evolução. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves do PSD.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra, no final. Ah, temos um pedido de interpelação e o Senhor Vereador poderá responder em tempo cedido pelos Independentes. Alguma coisa a volta, não chega a um minuto, os segundos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado Manuel Laje, relativamente à sua intervenção e eu gostaria de referir o seguinte: O número de pessoas que, eventualmente em Lisboa possam ser abrangidos por esta isenção será, de facto, muito reduzido, como indiciam todas as estatísticas, a questão que se põe e já foi aqui levantada pelo Senhor Deputado Diogo Moura foi, por exemplo, o caso do prédio na Rua Damasceno Monteiro em que foi necessário realojar as pessoas e a Câmara não tinha instalações para tal, portanto, podia acontecer o ridículo da Câmara de Lisboa, ou as pessoas terem que andar a pagar taxas turísticas, por causa de um realojamento de urgência, aliás, no Regulamento Francês da cidade de Paris, essa é outra das isenções que lá está, é os realojamentos de urgência. -----

----- Por outro lado, pode-se dar o caso de pessoas que necessitam de fazer as obras em sua casa, que terem de estarem dois, três dias fora de casa e escolherem um hotel perto da sua residência para facilitar a vida, não faz sentido nenhum estarem a pagar taxa turística e todas estas situações estão contempladas na Proposta de Isenção que nós apresentamos aqui hoje.-----

----- É que o Senhor Deputado Manuel Lage já nos habituou, quase nesta casa ser o Deputado da Mobilidade, começa sempre em Lisboa mas, acaba noutra concelho muitas das vezes em Cascais, eu percebo porquê Cascais, o Senhor Deputado mora lá e é uma cidade bem gerida pelo PSD /CDS-PP e, portanto, eu vejo com agrado as suas permanentes referências à cidade de Cascais e espero vê-lo no próximo mandato como Deputado Municipal em Cascais. -----

----- Mas nós estamos aqui Senhor Deputado, para defender acima de tudo Lisboa e os cidadãos de Lisboa e foi para isso que nós fomos eleitos, não é para andar a opinar sobre as outras cidades. -----

----- E o repto que eu lanço ao Partido Socialista é o seguinte, em caso de dúvida e a dúvida existe como já disse, inclusive, Senhor Vereador João Paulo Saraiva existe porque, há outras capitais europeias que praticam esta isenção e as coisas estão bem explícitas nos *sites* de *Internet* quer da cidade de Paris, quer da cidade de Roma, portanto, não é uma coisa feita à socapa, às escondidas da Comissão Europeia, em caso de dúvida em vez de começarem por taxar os lisboetas, dêem-lhes a isenção, depois se for caso disso corrige-se, mas no caso de dúvida não taxem isentem.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage pediu a palavra para?-----

----- Eu peço desculpa, eu não consigo ouvir daqui, tem que pedir o microfone para poder explicar para que pediu a palavra, uma vez que já não tem tempo.-----

----- Para defesa da honra, mas já há um pedido de interpelação que provavelmente, tem precedência sobre a defesa da honra? Não tem precedência, bom! Então vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Manuel Lage. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

-----“Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente é só para deixar muito claro que, as intervenções do Partido Socialista nesta Assembleia, quando começa em Lisboa e acabam em Cascais, acabam em cascais porque este é o único município que é e por isso as minhas intervenções também o fazem...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Oh, Senhor Deputado, isso tem a ver com a sua honra, faça o favor de explicitar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra, continuou: -----

----- “Que foi dito pelo Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, que as minhas intervenções começavam todas em Lisboa e acabavam em Cascais. -----

----- E aquilo que eu gostava de aqui dizer e deixar bem expresso, é que isso só acontece porque o PSD e no caso o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves,

consegue em todas as Assembleias esquecer-se que tem duas caras, uma em Lisboa e outra em Cascais, que é o único município que é gerido no país pelo PSD e pelo CDS e é o único exemplo que nós aqui damos, porque é o único exemplo que temos para dar, Senhora Presidente! Caso contrário daríamos outro exemplo mas, o PSD já não tem mais Câmara com que nós possamos citar a má governação que faz no país.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito Obrigado. -----

----- Senhores Deputados, agora está o PSD, naturalmente, a pedir a defesa da honra também ou resposta? Não é outra coisa? Para que é? Uma interpelação à Mesa? Mas eu tenho um pedido de interpelação à Mesa? Eu peço desculpa, mas o Senhor Deputado não quer fazer a interpelação à Mesa agora? Tenho que dar à palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, que já tinha pedido a interpelação à Mesa, há um pedaço.

----- Faz favor, a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa para a interpelação à Mesa e depois para o Senhor Deputado Luís Newton para interpelação à Mesa e quero, também, saber se o Senhor Vereador quer usar da palavra ou não porque ainda não nos sinalizou se quer? Quer, muito bem!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente a interpelação à Mesa é por motivo Regimentais e de organização dos trabalhos desta Assembleia e é para dizer que, doravante pretendo que o meu tempo no seio do tempo que é distribuído pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independente seja contado separadamente em todas as Propostas e intervenções. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “E já é, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Não, mas isso tem que ficar claro, porque eu por vezes foi prescindindo dele e acho absolutamente inaceitável que tenha tido agora os meus 20 segundos e tantas vezes prescindi a favor de outros, para que alguém neste agrupamento de Deputados Municipais que exerce o seu mandato como Independente, que não tem qualquer tipo de representatividade jurídico ou política desta Assembleia, fizesse a gestão para ceder o tempo, o remanescente, porque quem muito bem entendesse. -----

----- E, portanto, quero lavrar aqui o meu protesto, que é um direito que não tenho, porque isto não é o Grupo Municipal e mais ninguém aqui tem esse direito ao protesto e tomarei providências até ao dia 31 de dezembro, porque paciência tem limites, Senhora Presidente para impor algumas regras de funcionamento nesta Assembleia, porque como comecei por dizer Senhora Presidente, acho que é absolutamente indigno que um Deputado Municipal eleito e sem prejuízo da bondade do público, tenha sempre menos tempo para falar do que qualquer membro do público, quando

está numa situação perfeitamente isolada, como eu. Não falando daqueles que prescindem do uso da palavra. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado em todo o caso, a Mesa tem que responder que já tem um relógio próprio de contagem do seu tempo e, naturalmente, até dia 31 de dezembro poderá apresentar Propostas de Alteração ao Regimento, não poderá impor regras, porque quem impõe as regras é a Assembleia em plenário ao aprovar o Regimento ou as Alteração ao Regimento mas, são bem-vinda as Propostas, caso analisaremos na devida ocasião. -----

----- Vamos prosseguir agora sim, o Senhor Vereador, ai não o Senhor Deputado Luís Newton, desculpam.” -----

----- **O Senhor Deputado Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente a minha interpelação à Mesa era para que a Mesa pudesse clarificar aqueles que são os critérios por muito lato que, eventualmente possam ser, no âmbito, daquilo que considera ser uma defesa da honra, eu compreendi da intervenção do Senhor Deputado Manuel Lage, de que se queria defender, pelo facto de eventualmente, o PSD teve factualmente indicado que teria havido algo com sua preferência por outro Conselho. Isso transformou-se numa intervenção política e não numa defesa da honra, porque, de facto, nós em momento algum quisemos pôr em causa a honra do Senhor Deputado. -----

----- E, por isso, a pergunta que eu faço Senhora Presidente e dai a interpelação à Mesa é que fiquem, de facto, clarificados de uma vez por todas que, critérios são os que assistem a esta prerrogativa dos Deputados Municipais, em poderem em determinado momento quando, de factos, a sua honra fica ofendida e em que medida é que a Mesa usando do seu critério de avaliação para poder verificar que, de facto, houve previamente uma intervenção para não se transformar numa Declaração Política, essa mesma honra ferida.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado, para já posso dizer-lhe qual é a maneira como eu interpreto esse princípio da defesa da honra, naturalmente há aqui uma dose de subjetividade grande, parte do princípio que a honra é uma questão individual e, portanto, quanto algum Deputado se sente ofendido na sua honra, dou-lhe em princípio a palavra. -----

----- Depois pelo teor da intervenção, a gente verifica que não é, exatamente isso está a acontecer e o Senhor Deputado reparou que agora mesmo, eu chamei a atenção do Senhor Deputado Manuel Lage que isso não seria defesa da honra e procurei que ele cedesse a sua intervenção. -----

----- É muito difícil, previamente saber se a honra do Senhor Deputado foi atingida ou não, porque não me compete a mim julgar, se essa honra foi atingida, não. Acho que esse é um juiz que cada um de nós e cada um de vós e quando um Senhor Deputado, pede a palavra para a defesa da honra, eu em princípio, atribuo-lhe naturalmente essa palavra e depois logo veremos se ele está a utilizar esse expediente para fazer outras coisas, a Mesa chama a atenção, mas procuramos sempre evitar criar dificuldades em matérias que são, de facto, subjetivas, porque a defesa da honra, volto a dizer, é uma questão que só cada um e que pode ajuizar se sentiu ofendido na sua honra ou não e a Mesa não pode fazer esse juízo e não o deve fazer, na minha opinião. -----

----- Vamos prosseguir então o Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente dada exiguidade tempo, para dizer que o parecer emitido, de factos, sobre a Taxa Turística de chegadas, diz num dos seus pontos que, “acresce que o tratamento menos favorável de não residentes, em relação a residentes constitui uma forma de discriminação indireta em relação à nacionalidade”. -----

----- Este é um princípio que a Comissão Europeia tem vindo a assinalar e, portanto, a questão que nos faz dizer que, neste momento, com a informação que temos, tudo nos indica que não seria legal esta Proposta do PSD mantém-se mas, prometemos aqui analisar a situação, entrar em contacto com os nossos colegas de Paris e de Roma e verificar em face de quê, é que eles estão a aplicar esta isenção. -----

----- Também, referir muito rapidamente que, nomeadamente ao PCP e ao Bloco de Esquerda, que nós quando estamos a aplicar receita, também, olhamos para as questões positivas e obviamente que o turismo em Lisboa, com alguns impactos negativos, tem um impacto positivo sobre algo que, eu gostaria, também, que os senhores olhassem como o mesmo olhar que nós temos, que é na criação de emprego e na importância para a economia e para a geração de riqueza na cidade de Lisboa. -----

----- Por último, reconhecer aqui uma mudança radical daquilo que é uma atitude da direita, sobre esta matéria que de taxas e taxinhas e de matar a galinha dos ovos de ouro, passaram para uma posição muito mais pró-ativa, onde até propõem e elevam a boa execução de outros municípios, que são poder. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções, não vejo mais pedidos de palavra, estamos em condições de passar à votação. -----

----- Em primeiro lugar, temos uma Proposta de alteração, tem que ser apreciada e posta à votação antes da Proposta original, sim antes da Proposta original da Câmara, e, portanto, eu iria por agora a votação a Proposta de Alteração n.º 817/CM/2018, apresentada pelo PSD, pergunto se alguém pede discriminação de números na votação? Ninguém pede, vamos por a Proposta no seu conjunto.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta de Alteração à Proposta n.º 817/CM/2018**. Votos contra do PS, BE e 8 IND, abstenções do PAN, PPM e 1 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, MPT e PEV. A **Proposta de Alteração à Proposta n.º 817/CM/2018** foi **Rejeitada**.-----

----- “Passando isso, agora sim, vamos pôr à votação a Proposta n.º 817/CM/2018 da Câmara Municipal de Lisboa, ela tem um ponto deliberativo que é único, portanto, é esse que vamos pôr à vossa consideração.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 817/CM/2018**. Votos contra do PCP e PEV, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT e PPM, votos a favor do PS, BE, PAN e 9 IND. A **Proposta n.º 817/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.-----

----- “E terminava esta situação, vamos a registar desde já que o Senhor Deputado Diogo Moura assinala que vai fazer uma Declaração de Voto por escrito e o Senhor Deputado Luís Newton quer fazer uma Declaração de Voto Oral e pode fazer em nome da bancada e tem a palavra para o efeito.”-----

----- **O Senhor Deputado Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- “Senhora Presidente, informar que o Partido Democrático se absteve nesta votação, por dois motivos; O Primeiro, porque entende que a votação ficou prejudicada pela opção da Câmara e não avaliar previamente aquilo que era a própria Proposta que o PSD apresentou e, ao contrário daquilo que fez em várias outras situações, ter optado desta vez por não beneficiar aquilo que eram os lisboetas e verificar depois, se isso viria de alguma forma em prejuízo àquilo que a própria lei definia.-----

----- E, portanto, nesse sentido o PSD absteve-se depois na Proposta, porque, de facto, acredita que a melhor solução ainda contemplava aquela que era proposta pelo próprio PSD.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “***DECLARAÇÃO de VOTO***-----

----- *Proposta 817/2018 e Proposta de Alteração (PSD)*-----

----- *Taxa Turística de Dormida*-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na proposta 817/2018 e votaram a favor da proposta de alteração do PSD acima referenciadas por considerarem que:*-----

----- *A proposta de alteração apresentada pelo PSD, que pretende isentar os residentes de Lisboa do pagamento da taxa turística de dormida deveria ter sido acolhida pela Câmara Municipal de Lisboa uma vez que, conforme provado, não existe nenhuma norma nacional nem europeia que contrarie esta isenção, ao contrário da fundamentação apresentada pela CML;*-----

----- *Para defender a exclusão desta isenção, o executivo socialista baseia-se no parecer da Comissão Europeia relativo à taxa aérea e ao princípio de igualdade, relegando o facto de estarmos perante situações distintas e que o critério de*

residência fiscal, segundo o mesmo parecer, refere que pode ser isentado mediante justificação;-----

----- Acresce a este facto que os municípios de Paris e Roma isentam os seus residentes, desconhecendo-se a aplicação de sanções ou autos por parte da Comissão Europeia;-----

----- Por fim, é de elementar justiça que, em necessidade de recurso a uma unidade hoteleira ou de alojamento por motivos de calamidade pública, incêndio, inundação ou outro acontecimento que impeça o acesso temporário à sua residência, possa pernoitar num destes estabelecimentos sem ter que pagar a respetiva taxa de dormida;-----

----- Pese embora o executivo tenha reconhecido a necessidade de reavaliar a presente situação, o Partido Socialista e 8 deputados independentes chumbaram a proposta de alteração, o que lamentamos.-----

----- Lisboa, 18 de Dezembro de 2018-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Diogo Moura”-----

2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 718/CM/2018 - GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA O QUADRIÊNIO 2019-2022, BEM COMO O ORÇAMENTO PARA 2019, O MAPA DE PESSOAL E A TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS A), B) E O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E NOS N.ºS 1 E 2 DO ART.º 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO; GRELHA F: LIMITE MÁXIMO: 5 HORAS;-----

----- Apreciação da Proposta nº 718-A/2018 - Aprovação do orçamento para 2019 e grandes opções do plano 2019-2022 (alteração de documentos distribuídos com a proposta 718/CM/2018) - Esta proposta de alteração será apreciada conjuntamente com a Proposta 718/CM/2018;-----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente;-----

----- (A Proposta nº 718/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (A Apreciação Proposta nº 718-A/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, passamos agora à apreciação do Ponto 2, como eu informei, no princípio da reunião, este Ponto por consenso ontem da Conferência de Representantes, passa para quinta-feira, para ser votada em conjunto com a Proposta

n.º 718/CM/2018 e a Proposta n.º 718-A/CM/2018 da Câmara, acontece que a Senhora Deputada Aline Beuvink não poderá estar quinta-feira, pediu para usar da palavra hoje e, portanto, nós vamos desde já dar a palavra à Senhora Deputada Aline Beuvink que fica prejudicada por não ouvir a apresentação da Proposta pela Câmara, mas não podemos ser a apresentação duas vezes e, portanto, tem a palavra desde já.----
----- Se quiser, pode falar aí do lugar, se lhe é mais confortável ou prefere vir aqui? É como quiser.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Desculpe Senhora Presidente, eu acabei de ter uma notícia de falecimento de uma pessoa se me podia dar pelo menos um tempo para me recompor e daqui a pouco falar.”-----

----- **PONTO 3-APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS (2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS):**-----

----- **PONTO 3.1 - APRECIACÃO DO PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 712/CM/2018 - CONTRATO-PROGRAMA 2019 A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E NAS ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 24.º E NO ARTIGO 26.º, AMBOS DOS ESTATUTOS DA LISBOA OCIDENTAL, SRU;**-----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente, eventual pronúncia da 3ª Comissão Permanente;-----

----- (A Proposta 712/CM/2018 fica anexada a esta Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP e eventual pronúncia da 3ª. CP fica anexada a esta Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- **PONTO 3.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 713/CM/2018 - CONTRATOS DE MANDATO A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A. E A ASSUNÇÃO DOS RESPECTIVOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021, 2022 E 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 36.º E NA ALÍNEA B), DO N.º 1 DO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, NO N.º 1 DO ARTIGO 5.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO;**-----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente, eventual pronúncia da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Comissões Permanentes;-----

----- Recomendação 045/01 (1ª CP);-----

----- (A **Proposta 713/CM/2018** fica anexada a esta Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 1ª. CP** e eventual pronúncia da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, e 7ª CP, fica anexada a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação nº 45/01** da 1ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos é uma apreciação conjunta, estamos a falar da Sociedade de reabilitação Urbana de Lisboa, a Lisboa Ocidental- SRU, e há duas Propostas diferentes, uma é o Contrato de Programa que normalmente todos os anos votamos para a Câmara dar compensação devida e esta Sociedade para fazer o que lhe compete, e tem uma segunda Proposta que resultou da Alteração dos Estatutos da SRU, que implica aqui uma série de Contratos de Mandato da Câmara na SRU para fazer uma série de obras e a assunção dos respetivos compromissos plurianuais. -----

----- Portanto, eu pedia em primeiro lugar a palavra ao Senhor Vereador para explicar estas duas Propostas, a grelha é de 68 minutos, portanto, pedia para terem em consideração o tempo para discutirmos estas Propostas.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, Senhora Presidente sobre esta matéria, ela já foi explicada nas Comissões, de forma muito forma muito sumária. -----

----- Estamos em presença de dois contratos, de um contrato de programa e de um contrato de mandato, esta figura do contrato de mandato é uma figura nova no Município de Lisboa, não é nova a nível nacional, ela baseia-se, enquanto o contrato de programa é uma figura que no fundo configura um subsídio à exploração e, portanto, no fundo, o que ela serve para no nosso caso e na nossa proposta, para transferir para a SRU todas as dotações necessárias ao seu funcionamento, e recordo que uma das, digamos, a rubrica principal do funcionamento da SRU são despesas com pessoal e a esmagadora maioria do pessoal ele está em acordo de cedência de interesse público, tendo transitado do Município de Lisboa, sem prejuízo de em face do enorme volume de obras que a SRU vai desenvolver e, portanto, do aumento da capacidade do Município, no aumento da sua capacidade de investimento e de realização de intervenções na Cidade, que também se contratam um conjunto de pessoas que pelo seu *know-how* específico, não existente na Câmara, em quantidade ou específico, exatamente por não existindo com paralelo no Município possa ser contratado para desenvolver a sua atividade na SRU. -----

----- O contrato mandato tem, e portanto, este contrato, o contrato daquilo a que me referi há pouco, o contrato-programa vai ter o incremento que está alinhado com o crescimento das responsabilidades da Sociedade de Reabilitação Urbana e, portanto, a ele passa a ter um valor de três milhões de euros anuais. -----

----- O contrato de mandato, ele digamos que tem acolhimento naquilo que é uma das figuras do Código dos Contratos Públicos e, no fundo, eu configura uma prestação de serviços *in the house* ao Município de Lisboa. São um conjunto de contratos de mandato, estou-me a referir a um porque ele desdobra-se, mas ele desdobra-se conjunto de intervenções em Centros de Saúde e outros equipamentos, com 43 milhões de euros.-----

----- Um contrato de mandato promoção das intervenções de reabilitação urbana, escolas e creches, 17 milhões ponto 3, um contrato de mandato para as intervenções de reabilitação urbana, espaço público, com 19.5, deve-me ter aqui espaçado, exatamente, um contrato para que o Programa de Habitação de Renda Acessível com 3.7 milhões de euros.-----

----- Este, ele tem uma distribuição por anos, como está na proposta, esta é, digamos, a concretização daquilo que é a estratégia do Município naquilo que concerne à sua, ao seu aumento de capacidade de intervenção na Cidade, de execução, de investimentos, de molde a dar execução àquilo que é o Plano de Investimentos Lisboa, como que foi contratualizado com o Banco Europeu de Investimentos até 2021 como o próprio, como o contrato com o BEI explícita.-----

----- E para já era só Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, pergunto agora à Senhora Presidente da 1ª Comissão, que é também Relatora desta Proposta, a senhora Relatora vem efetivamente, pergunto se vai apresentar simultaneamente os dois Pareceres? Muito bem, o Parecer do ponto 4 da Proposta 712 e o Parecer da Proposta 713.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Esta apresentação do Parecer era quase desnecessária depois da boa apresentação feita pelo Vereador João Paulo Saraiva.-----

----- No fundo o que fizemos foi precisamente apreciar as duas propostas, a 712 que diz respeito ao contrato programa habitual, portanto, já vem de anos anteriores e é para 2019 precisamente, e visa dotar a SRU de meios para o seu funcionamento. Há um acréscimo, devido a uma série de funções que foram agora transitadas para a SRU e o subsídio à exploração tem o valor de 3 milhões de euros.-----

----- Por outro lado, a outra proposta, que é a 713, tem a ver com uma nova figura, que são os contratos de mandato para os anos 2019 a 2023, e tem a ver, agora sim, com a passagem para a SRU de meios para no fundo concretizar as missões que lhes foram destinadas pela Câmara relativamente aos quatro eixos que lhe foram já ditos pelo Senhor Vereador, e entre os quais se encontram, além do espaço público e outras, o Programa do Arrendamento acessível, que saudamos, e que é importante, aliás, a talhe de foice, já sei que é objetivo do Município que o saldo, que o valor que foi obtido, o lucro, no fundo, de 85 milhões relativamente ao que estava inicialmente pensado relativamente à hasta pública, seja aplicado ao arrendamento acessível e, portanto,

penso que, se calhar, mais poderá ser transferido para a SRU para dar andamento a isso, nomeadamente para o arrendamento a custos acessíveis, promovido pelo Município, e já agora com a minha costela da Freguesia da Misericórdia, que é um dos sítios onde o arrendamento está mais caro, no fundo, pedir ao Município para que alguma dessa verba que vem a mais, seja transferida para ser exercido o direito de preferência na área da Freguesia da Misericórdia, visto que não há ali habitação Municipal, não há prédios Municipais suficientes, portanto, isto é um aparte, mas esperamos que a Freguesia da Misericórdia seja feita contemplada com esses benefícios que houve da hasta pública, porque a nossa população tem estado a diminuir, mas isto é a talhe de foice e é a minha costela de freguesa e Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia. -----

----- Portanto, no fundo é essencialmente isto, mas relativamente e esta segunda Proposta dos contratos de mandato, está previsto nesses contratos que a SRU forneça bastantes informações à Câmara Municipal, e o que nós fizemos foi achar que as informações que são prestadas sistematicamente à Câmara Municipal sejam imediatamente transmitidas pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, e nesse sentido elaborámos a Recomendação, que está associada a esta Proposta e que no fundo é a que eu passo a ler, que é o seguinte: “ Os Grupos Municipais e os Deputados Independentes, da 1ª. Comissão Permanente, propõem à Assembleia Municipal de Lisboa que seja deliberado recomendar à Câmara Municipal que as informações previstas nos nº. 1 e 4 da cláusula 5ª. e na alínea b) da cláusula 6ª. dos Contratos de Mandato a celebrar com a SRU, sejam remetidos pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia Municipal de Lisboa”. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhora Deputada Relatora. Vamos então agora dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionários. -----

----- As duas Propostas nº 712 e 713/2018 referem-se ao Contrato-Programa 2019 e os Contratos de Mandato a celebrar com a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, e a assunção dos respetivos compromissos plurianuais, com repartição de encargos para os anos de 2019 a 2023.-----

----- De acordo com a cláusula 3ª da primeira destas propostas, e como contrapartida pelo exercício das incumbências definidas para o seu Objeto e Missão, a CML “acorda com a SRU a atribuição de um subsídio à exploração no montante de 3 milhões €”, quando no ano anterior tinha ficado pelos 350 mil €. Mas não só, pois como veremos na outra proposta, a situação até 2023 torna-se exponencial. Assiste-se

também a um crescimento do valor de investimento que a empresa vai desenvolver, passando de 5,8 milhões € em 2018, para 28,2 milhões € em 2019. -----

----- Ora, desde a sua criação em 2004, a empresa, cujo capital é integralmente municipal, tinha como objeto social a gestão de operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas, a renovação e reabilitação urbanas e a gestão do património edificado, localizadas na sua área de intervenção, bem como a promoção de intervenções de reabilitação urbana de espaço público, infraestruturas e edifícios. -----

----- Mas esta área de intervenção vai hoje muito para além da inicialmente definida, pois a SRU passou a incorporar nas suas atribuições a possibilidade de executar intervenções em qualquer lugar da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Lisboa, de que para tal seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Com efeito, há poucos meses assistimos a um verdadeiro processo de esvaziamento das atribuições da Câmara Municipal Lisboa e de exclusão do escrutínio do Município, quando a SRU passou a ser uma verdadeira nova Direção Municipal de Projetos e Obras (DMPO) fora do controlo de fiscalização municipal, o que não veio privilegiar a transparência e a democracia, muito pelo contrário. -----

----- A empresa passou a ter um novo Conselho de Administração presidido pelo próprio vereador do Urbanismo e com competências delegadas em 2 vereadores, pelo que, com esta alteração dos estatutos da “Lisboa Ocidental, SRU”, os projetos e obras públicas passam a ser um facto consumado, menorizando a discussão ou participação prévia por parte dos órgãos municipais eleitos. -----

----- Acresce que foi deliberada em Setembro do ano corrente, na Proposta nº 352/2018, a estratégia para a realização das empreitadas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade 2018/2021, onde a Lisboa Ocidental SRU ficou incumbida de executar novos programas, com o argumento do “intervalo temporal fixado no âmbito do Programa de Investimento Lisboa XXI e respetivo financiamento junto do BEI”. -----

----- Com esta transferência de programas específicos para a SRU, a Direção Municipal de Projetos e Obras restringiu-se às obras que não integrem os referidos programas, ficando-se pela reorganização de serviços em áreas como o Saneamento, as Infraestruturas ou a Manutenção. -----

----- Desta conjuntura decorre o surgimento da nova figura dos Contratos de Mandato a celebrar entre 2019 e 2023, consignada agora nos 4 eixos da Proposta nº 713/2018 e que preveem transferências para: -----

----- - reabilitação urbana e habitação a renda acessível, mais de 3 milhões e 700 mil € (3.700.503 €);-----

----- - Centros de Saúde, na sequência do Programa ‘Lisboa SNS Mais Próximo’, entre outros equipamentos, um valor bem acima dos 45 milhões € (45.330.862 €);-----

----- - escolas e creches, para o Programa ‘Escola Nova’ e ‘Creches Bê-a-Bá’, uma verba superior a 17 milhões € (17.353.333 €); -----

----- e para intervenções no espaço público, como ações do Programa ‘Uma Praça em Cada Bairro’ e ‘Vias estruturantes’, um valor que supera os 19 milhões e meio € (19.524.678 €). -----

----- Embora consideremos algumas destas ações indispensáveis para a cidade e para os munícipes, não nos deparamos com uma definição mais detalhada ou dados mais objetivos sobre as empreitadas, daí questionarmos a que intervenções em concreto se reportam e quais os seus prazos de execução. -----

----- “Os Verdes” também já aqui afirmaram que não acompanham este alargamento do âmbito territorial da SRU Ocidental, nem a nível estatutário e de direção, nem funcional, pois são objetos de intervenção e dois sujeitos - DMPO e SRU - que passam a requerer recursos muito diferenciados, até parecendo que o executivo já tem saudades da recém-extinta EPUL, para concretizar intervenções alargadas um pouco por toda a cidade. -----

----- E quanto aos prazos de execução, recordemos que já em Janeiro deste ano, aquando da análise da Proposta nº 669/2017 (em 23/1/2018), fizemos notar que algumas das medidas previstas que haviam sido anunciadas em 2016, transitavam de 2017 e ainda se previa apenas viessem a ser concluídas algures em 2019, de tal modo que se apresentava um aditamento ao contrato-programa com a SRU, para extensão do prazo da repartição de encargos até 2020, radicando o motivo em atrasos da CML na elaboração dos projetos de empreitadas e outros elementos concursais. -----

----- Em conclusão e face ao que temos vindo a defender, “Os Verdes” consideram que os projetos delegados na SRU são demasiado estruturantes para que a CML se desvincule de pensar e construir uma cidade integrada e participada, pois até poderá não defender a primazia do interesse público, caso se assistam a externalizações onde, com estas alterações, os projetos e obras públicas passem a ser assumidos sem qualquer informação, participação ou discussão antecipada, fruto do lançamento de procedimentos de contratação de prestação de serviços. -----

----- Como não nos conseguimos rever nesta orgânica e temos reservas sobre o Acordo-Quadro para a empresa, não podemos anuir com estas propostas, pelo que votaremos em conformidade. Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigado nós Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “ O Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O princípio geral de transferências de competências da Câmara Municipal de Lisboa tem progressivamente esvaziado as suas competências, transferindo-as para empresas municipais, cuja atividade escapa em grande parte ao escrutínio dos eleitos.

----- A empresa municipal SRU S.A. vai receber a quase totalidade das obras públicas que a Câmara Municipal Lisboa promove, cerca de 20 milhões de euros em 2019, não

se prevendo mecanismos claros para que os órgãos eleitos, Câmara Municipal de Lisboa e Assembleia Municipal de Lisboa, recebam informação da SRU, que não seja plano de atividades e fecho de contas. Vemos desaparecer do mapa do escrutínio público os maiores investimentos públicos da Câmara Municipal de Lisboa. Acresce à falta de transparência, a nomeação dos vereadores do Urbanismo e das Finanças para o seu Conselho de Administração, que os impede legalmente de responder em Câmara sobre as atividades da SRU, neste caso diretamente relacionadas com a sua tutela.-----

----- Os eleitos do PCP opuseram-se à recente reestruturação da orgânica da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada pela Câmara a 7 de Junho, uma vez que o seu principal objetivo era continuar a retirar o sector operacional da competência da CML. Com a transferência de parte das competências da Direção Municipal de Projetos e Obras para a empresa municipal Lisboa Ocidental, SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A. - nomeadamente as grandes obras - os órgãos autárquicos municipais eleitos deixarão de ter acesso regular aos procedimentos que envolvem estas importantes empreitadas municipais. Esta decisão do Executivo aprovada com os votos do PS e BE significa um afastamento destes processos do escrutínio público e democrático.-----

----- Na passada reunião de 20 de Julho, o executivo da Câmara Municipal de Lisboa propôs a alteração de estatutos da Lisboa Ocidental, SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A, de forma a que, entre outros, fosse transferida para esta a execução de parte das empreitadas do Programa de Investimento Lisboa XXI com um investimento de 530 M €. O PCP votou contra.-----

----- A tendência é sempre de agravamento da situação e da democracia local, tendo-se alargado o objeto da SRU a toda a cidade e à intervenção em equipamentos, tais como os quartéis de bombeiros, sendo que com isto o espartilho à intervenção dos vereadores sem Pelouro também se reforçou, donde a posição crítica que os vereadores e os eleitos na AML do PCP assumiram em todo o processo.-----

----- Com a nova alteração a situação complica-se passando não só o vereador do pelouro Manuel Salgado a ser o Presidente do Conselho de Administração, como absorvendo a SRU praticamente todo o Conteúdo da Direção Municipal de Projetos e Obras.-----

----- Esta situação é totalmente inaceitável, dificultando o escrutínio das várias situações, limitando o papel do Município ao de um balcão de licenciamentos e, não menos grave, desvirtuando o papel de fiscalização que aos eleitos foi confiado através do voto.-----

----- Tendo o PCP sempre mostrado a sua discordância com este processo, os Vereadores do PCP na CML apresentaram uma moção, aprovada em reunião de Câmara em sessão ordinária em 25 de Julho de 2018, na qual se delibera que o executivo terá a responsabilidade de garantir um mecanismo que permita aos eleitos acompanhar as atividades da Lisboa Ocidental, SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.-----

----- A ver vamos como vai acontecer e se vai acontecer e se vai acontecer.-----

----- O esvaziamento do poder democrático na cidade aumenta. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
 ----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra
 anunciou o seguinte:-----
 ----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a
 seguinte intervenção:-----
 ----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores
 Deputados, boa tarde a todos e a todas.-----
 ----- O Orçamento da cidade é composto por vários documentos, que começamos hoje
 a votar, são esses documentos que nos permitem executar o Programa do Governo da
 Cidade e cumprir perante os lisboetas com aquilo que são os compromissos deste
 Executivo.-----
 ---- O acordo entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista permitiu assumir
 compromissos e concretizar já algumas transformações importantes, para os lisboetas,
 em muitas áreas que estão refletidas nestes documentos e que compõem esse
 Orçamento e é com convicção e cumprimento desses compromissos, que iremos votar
 favoravelmente o Orçamento Municipal para 2019.-----
 ----- Somos coerentes com o que acordámos e temos responsabilidade para com quem
 vive em Lisboa, para o Bloco palavra dada é palavra honrada!-----
 ----- Contudo, no respeito pela autonomia de ambos os Partidos, o Bloco de Esquerda
 não pode deixar de manifestar a posição crítica que tem relativamente à
 externalização dos serviços a empresas municipais, entre outras divergências já
 conhecidas, não desistimos dessa crítica e em tempo manifestámos a nossa
 discordância com a reformulação da SRU, consideramos que existiam alternativas e
 apresentámos essas alternativas, essas propostas já foram discutidas em sede própria e
 aprovadas por maioria, apesar da oposição do Bloco de Esquerda.-----
 ----- Assim, sem surpresa e no âmbito da convergência para a constituição do
 executivo e na persecução das Grandes Opções do Plano, o Bloco irá votar
 favoravelmente o Orçamento como um todo, porque é esse voto que garante a
 aplicação das medidas que são transformadoras na cidade. Obrigado.”-----
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra
 anunciou o seguinte:-----
 ----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo, do CDS.”-----
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da
 palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-
 ----- Haviam comentários e perguntas oportunas, que se podiam fazer, quanto a estas
 Propostas que estão em votação hoje, e que têm a ver com o contrato de programa
 desta empresa municipal para reabilitação urbana na cidade de Lisboa, podia ser por
 exemplo quanto às contratações, não se compreende ainda muito bem como é que
 estas contratações vão ser feitas, percebe-se que há pessoas que vão transitar dos
 Serviços da Câmara para ali.-----

----- Também não se compreende muito bem como é que vai ser feita esta gestão dos salários, destes gastos com pessoal, porque as pessoas que vão trabalhar para a Sociedade de Reabilitação Urbana têm aumentos de salário previstos que podem ir até aos 40 por cento, isto ultrapassa aquilo que está previsto na isenção de horários, portanto, não consideramos que isto esteja suficientemente explicado. -----

----- Existe atrás disto um esvaziamento das funções de uma quantidade de Departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, que ficam com funcionários, e funcionários que ficam sem funções, e depois essas funções transitam para a Sociedade de Reabilitação Urbana com outros funcionários estão a ganhar mais, não só esta desigualdade não está suficientemente explicada, como tem outra perspectiva, que é a perspectiva da parte do contribuinte, que está a pagar os salários de um lado e os salários do outro, para que os serviços sejam executados apenas uma vez. -----

----- Mas isto não é o principal, porque para estarmos a discutir isto e para estarmos a discutir aquilo que está expresso nestas duas propostas, a votação hoje, era preciso aceitarmos o que vem antes, e o que vem antes é muito difícil de aceitar, porque o que se prepara para conhecer é o Senhor Vereador Manuel Salgado ser simultaneamente o Presidente do Conselho de Administração desta empresa, portanto, temos a mesma pessoa, que é o Senhor Arquiteto Manuel Salgado, Presidente da Empresa e o Senhor Vereador Manuel Salgado Vereador da Câmara Municipal que surpreendentemente estarão sempre de acordo, e surpreendentemente não encontrarão desconformidades. --

----- Mas isto não é a situação mais grave, porque a situação mais grave é quando passada esta fase na Sociedade de Reabilitação Urbana passar a estar um Senhor, outra pessoa, uma Senhora, um Gestor, como aconteceu no caso da EGEAC e no caso da EMEL, a dada altura entrega-se esta Empresa a um gestor e, portanto, teremos o Senhor Vereador Manuel Salgado a dar instruções e a fiscalizar, e o gestor a governar!

----- Ora não é isto que é suposto acontecer, porque as empresas têm uma Assembleia Geral, esta empresa terá uma Assembleia Geral que não é a Assembleia Municipal de Lisboa, a Assembleia Municipal de Lisboa é que deve ter a função de legislar e de fiscalizar e os Vereadores têm a função de governar, de resto, isto é uma deformação do espírito da Lei, porque no Governo da República o Senhor Primeiro-Ministro forma Governo com as pessoas que ele entende que são as pessoas adequadas, chama pessoas para formar Governo. -----

----- No caso da Cidade não é assim, os governantes da cidade de Lisboa são Vereadores eleitos obrigatoriamente, é isso que está estipulado, é isso que a Cidade espera, é isso que os eleitores votam. Os eleitores votam em pessoas para exercerem o poder de governar, a função de governar, e exercem, até em listas diferentes, outras pessoas para serem Deputados Municipais, para exercerem a função de legislar e de fiscalizar. -----

----- Quando a Câmara faz isto, transferir as competências de governação, porque é disso que estamos a falar, da governação da política urbanística da cidade de Lisboa para uma Empresa, há uma deturpação completa disto tudo, porque o Governo passa a estar entregue ao gestor da Empresa, à Administração da Empresa e a legislação e a

fiscalização passa a estar entregue à Vereação da Câmara Municipal de Lisboa, e a Assembleia Municipal deixa de ter qualquer papel. -----

----- Há outra deturpação que é a deturpação da verdade eleitoral, porque quando acontece, por exemplo, como acontece neste momento, não houve uma maioria absoluta, de maneira humana que o Senhor Presidente Fernando Medina teve que fazer uma aliança e teve que dar uma pasta de Vereação a um elemento do Bloco, portanto, o Governo da cidade de Lisboa espelha uma verdade, é pelo menos uma versão da verdade eleitoral. Como é que isto se transpõe para o Conselho de Administração de uma Empresa Municipal? -----

----- Termino Senhora Presidente, perante perplexidades desta dimensão e desta gravidade o CDS não pode descer à discussão do pormenor do que é que vai ser ou não vai ser a estratégia para o Contrato de Programa destas duas empresas! E votará contra, como é evidente. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente.-----

----- Estas propostas apresentam confissão expressa por parte do executivo do esvaziamento das atribuições do Município de Lisboa enquanto Autarquia Local e constituem delapidação de parte significativa do seu Orçamento a favor da SRU, quando esse mesmo montante deveria ser investido nos respetivos Serviços Municipais, para que estes cumpram exatamente as funções agora atribuídas à SRU.---

----- Insistimos que não se compreende, porque é que o Município de Lisboa, com os seus Serviços, os seus funcionários e com o mesmo Orçamento não pode fazer exatamente o mesmo que a SRU se propõe executar com funcionários dos Serviços Municipais e com parte do Orçamento do Município de Lisboa.-----

----- Relembre-se que o Contrato de Programa para 2019, que é proposto celebrar entre o Município de Lisboa e a SRU, na sua cláusula 3ª, com a epígrafe “subsídio à exploração”, estabelece no seu número 1 o seguinte: “Como contrapartida pelo exercício incumbências identificadas na cláusula 1ª o Município acorda com a SRU a atribuição do subsídio à exploração no montante de 3 milhões de euros.”-----

----- Queremos aqui destacar que este montante de 3 milhões de euros destina-se unicamente a assegurar as despesas de funcionamento da SRU, apenas e só para 2019, como é confirmado pela Doutora Inês Ucha, a folhas dois do registo da discussão em Câmara, ou seja, a SRU, uma Empresa Municipal criada e instalada pelo Município de Lisboa, com competências e atribuições definidas por este, esvaziando a sua própria orgânica e ademais pagando uma contrapartida, segundo a expressão utilizada, *ipsis verbis* no Contrato de Programa ora proposto, continuam a desconhecer-se os

fundamentos técnicos e jurídicos, que demonstram a impossibilidade de qualquer Direção Municipal bem administrada, ter um desempenho igual ou superior, de uma qualquer empresa municipal, com ou sem a configuração de Sociedade Anónima, e o argumento da agilização não colhe neste caso, dado que as Empresas Municipais encontram-se atualmente também sujeitas ao Regime do Código de Contratos Públicos, nos termos conjugados dos artigos 2º e 3º. Desse Diploma Legal e a demais Legislação do Ordenamento Jurídico Português, designadamente no âmbito do Direito Público Administrativo, cuja respetiva aplicação nos últimos anos tem sido extensível às empresas municipais, exatamente para que estas, Pessoas Coletivas cumpram e respeitem as mesmas exigências legais de qualquer Serviço Municipal. -----

----- A SRU, que de reabilitação urbana já pouco tinha, será uma SRÓ, ou seja, uma Empresa Municipal de Sociedade de Realização de Obras, o que é inequivocamente comprovado pelo facto de absorver as atribuições e competências da Direção Municipal de Projetos e Obras. -----

----- Esta constatação é reforçada pela proposta de celebração de quatro Contratos de Mandato, uma para a promoção da intervenções de reabilitação urbana do programa habitação de renda acessível, o outro para a promoção de intervenções de reabilitação urbana do programa centros de saúde e outros equipamentos, o terceiro para a promoção de intervenções de reabilitação urbana do programa escolas e creches, e o último para promoção de intervenções de reabilitação urbana do programa espaço público. -----

---- Assim, reiteramos a questão, porque é que estas intervenções não podem ser efetuadas pelos serviços municipais adequados, com os mesmos meios materiais e humanos entregues à SRU? -----

----- Caros Colegas, face ao exposto, e em coerência com as suas posições anteriores relativas à SRU, comunicamos que não votamos favoravelmente as propostas em apreço. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- As propostas de contrato programa e do contrato de mandato que a Câmara traz hoje a esta Assembleia representam e consubstanciam uma opção e um caminho que não são os nossos.-----

----- Que fique claro, desde já, que não somos contra as empresas municipais, mas o que não podemos aceitar é que se esvaziem as Direções Municipais da Câmara, transferindo grande parte das suas competências e até quadros, para as empresas municipais.-----

----- O que não podemos é aceitar que ao abrigo destas transferências se diminua o poder de fiscalização que os Órgãos Municipais, legitimamente eleitos pelos lisboetas têm sobre a gestão da cidade. -----

----- No passado dia 25 de setembro nesta Assembleia, votámos contra a proposta de alterações de estatutos da SRU, que abria caminho à situação que estes contratos vêm hoje consubstanciar, o que dissemos na altura e as objeções que levantámos mantêm-se válidas, a Câmara está a transformar aquilo que era uma pequena ou média empresa de reabilitação urbana numa mega Empresa de Obras Municipais. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados, não podemos ainda ignorar nesta discussão aquilo que é uma situação, a nosso ver, dispensável e até pouco recomendável, que se traduz no facto de os dois Vereadores com as áreas mais sensíveis e até estratégicas da Câmara, o Vereador Manuel Salgado, com o Urbanismo e o Vereador José Saraiva, com as Finanças e Recursos Humanos, serem o Presidente e o Administrador da SRU, esta particularidade, aliás, não existe noutras empresas municipais, a vereadora Catarina Vaz Pinto não está na EGEAC, o Vereador Miguel Gaspar não está na EMEL, ou a Vereadora Paula Marques, não está na Gebalis. -----

----- Pelo exposto, votaremos contra as propostas em discussão e votaremos favoravelmente a Recomendação da 1ª Comissão relativa ao envio de informação e prestação de contas a esta Assembleia. -----

----- E termino com uma dúvida muito concreta que peço à Câmara para esclarecer e que, aliás, já foi aqui referida noutras intervenções, passa-se para a SRU todo este conjunto de projetos e obras, alegando a necessidade de resposta ao Programa Lisboa XXI e uma alegada capacidade de limite a que tinha chegado a Direção Municipal. Depois diz-se, e disse a Senhora Administradora da SRU na Reunião de Câmara “que o essencial dos recursos humanos virá da Câmara, por acordos de cedência de interesse público”, e disse ainda “o acréscimo de despesa do lado da SRU corresponde a um decréscimo do lado da Câmara”, indiciando que não haverá assim variações nas verbas de pessoal na transição da Câmara para a SRU”. -----

----- O Senhor Vereador confirma esta informação? Haverá ou não e quais são as condições em que os recursos humanos poderão, ou não, passar da Câmara para a SRU? Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhora Presidente esta intervenção quase que poderia ser um pedido de esclarecimento, tendo em conta que parece que estamos aqui a rediscutir o assunto, de facto, da maneira como o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves referiu, estamos a rediscutir a alteração estatutária da SRU, mas essa discussão já aqui tivemos, e se

bem se recordam os Senhores Deputados, quando aqui falámos disto nós fizemos uma intervenção em que deixámos muito claro que a alteração de estatutos da SRU, visa uma orgânica empresarial idêntica àquela que, pasme-se, existe no Porto. -----

----- E há bocadinho de facto fui até Cascais e agora um bocadinho mais longe, Senhores Deputados, mas isto à medida que o tempo avança a gente nós conseguimos ir sempre um bocadinho mais longe, e eu sou um ferrenho benfiquista, como sabem, mas agora no Porto, onde apenas existe um Partido que suporta o executivo Municipal, mas esta orgânica que agora foi aqui aplicada às Empresas Municipais, às SRU's em Lisboa é exatamente igual àquelas que existem na cidade do Porto. -----

----- E pasme-se, tal como não ouvimos há pouco, a diferente de posições num Município e noutra por parte do PPD-PSD, agora não ouvimos nenhuma diferença entre o CDS no Porto e o CDS em Lisboa e, portanto, creio que há aqui talvez algum mal-entendido nesta matéria, é que primeiro nós estamos a discutir os estatutos e essa parte já está ultrapassada, e segundo parece-nos, salvo melhor opinião, que não conseguimos perceber qual é a dúvida existencial que existe no CDS, que no Porto acha muito bem a forma como estas empresas funcionam e a orgânica destas empresas, e em Lisboa, só porque é Partido Socialista vem dizer “que não, não pode ser porque afinal aqui está mal”, ora está bem no Porto porque é governado com o apoio do CDS e está mal em Lisboa, porque não é governado pelo CDS, assim não pode ser!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, Público presente e demais Comunicação Social. -----

----- Já tivemos aqui a oportunidade de referir a nossa discordância quanto à questão de fundo desta Proposta, contrariamente àquilo que foi referido pelo Senhor Deputado do PS, Manuel Lage, de facto, há uma questão de fundo que não podemos ignorar, que parte da discordância de haver aqui uma duplicação de estruturas, um esvaziamento das competências e dos meios afetos à Direção Municipal e tendo presente precisamente a divergência de fundo quanto esta opção do Executivo Municipal, não poderemos acompanhar a Proposta, vamos por isso abstermo-nos em relação à mesma. -----

----- Acompanhamos, no entanto, as Recomendações da 1ª Comissão, achamos que, de facto, é necessário existir aqui outro tipo de informação, em relação a esta estrutura, que nos permita até num futuro com mais confiança e com outro tipo de

transparência acompanhar a atuação desta entidade, mas não podemos, de facto, acompanhar pelas razões já aqui referidas e pelas preocupações que aquando, precisamente de alteração estatutária foram manifestadas e, também, ao nível das suas competências, não nos podemos esquecer que houve, também, uma transferência de competências, do ponto de vista fiscalizador e também de licenciamento, às quais não podemos permanecer alheios e, portanto, o PAN não poderá, de facto, acompanhar esta Proposta.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, a Senhora Deputada Margarida Penedo, do CDS-PP inscreveu-se, o CDS-PP tem uma cedência de tempo, um terço do tempo disponível do PPM, portanto, a Senhora Deputada terá dois minutos para usar da palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu só quero fazer aqui dois pequenos esclarecimentos, primeiro, eu fui eleita em 2017 em Lisboa, portanto, não assumo responsabilidades, nem sobre comentários, nem decisões que foram tomadas antes deste período ou noutras cidades do País, este é o primeiro ponto.-----

----- Segundo ponto, eu tive o cuidado de me informar quanto o que se passava no Porto, tive um telefonema longo para me inteirar da maneira como as coisas estavam a decorrer e não só a Sociedade de Reabilitação Urbana no Porto não tinha as mesmas competências que se pretendem dar a esta, como as competências dessa sociedade estão a ser retiradas, neste momento, e estão a reverter no sentido de voltarem à Câmara.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, pergunto ao Senhor Vereador se quer usar da palavra, tem ainda quatro minutos, se quiser usar da palavra, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, então tão rapidamente quanto possível, dizer que, Deputado Sobreda Antunes, de facto há 3 milhões de Contrato de Programa, em que o principal dessa aplicação em Recursos Humanos.-----

----- A SRU já tinha cerca de 500 mil euros por ano, porque 300 eram transferidos pelo Município e os outros 200 advinham das taxas urbanísticas que a SRU cobrava, e que agora passam a ser cobradas pela Câmara, porque essa competência que muitos de nós diziam que devia estar na Câmara passou para a Câmara, regressou à Câmara e, portanto, é essa a construção, mas também deixem-me dizer-vos, ao Senhor Deputado e a todos aqueles que aqui referiram que há um esvaziamento da Câmara Municipal sobre esta matéria, que não é por dizermos uma mentira muitas vezes que ela se torna verdade!-----

----- É que, de facto, os Senhores todos aqui reclamam, e muito bem, aliás, da esquerda à direita, que é preciso o Município de Lisboa intervir, por exemplo, de forma muito mais determinada e com muito mais recursos naquilo que são as políticas de habitação, pois um dos principais motivos por que nós construímos o atual modelo da SRU é para podermos atuar nesta área, de forma muito mais capaz, com muito mais recursos, porque eles estão por um lado na SRU, e estamos a aumentar esses recursos na SRU, e especializámos uma área, que o Município já tinha e que fazia diversas intervenções na Direção Municipal de Obras, exclusivamente na área da habitação, e só assim é que vai ser possível, por exemplo, em tempo que nos parece a todos os títulos, que tentaremos que seja um record, intervir naquilo que são os edifícios protocolados com a Segurança Social, portanto, é evidente que o que nós precisamos é de maior capacidade de intervenção, e foi isso que consegui com a SRU, e não se descapitalizou a Direção Municipal, apenas se repartiram uma parte significativa de recursos, porque a Direção Municipal de Manutenção e Conservação, como o próprio novo nome indica, vai-se especializar em áreas que aqui eram reivindicadas como áreas essenciais, como seja, a devida dignidade à área do saneamento que está a ser conseguida, com um novo Departamento, a área das obras de arte e de outras intervenções no espaço público e da manutenção do espaço público, que continua na Câmara, a área da habitação, como como eu referi, que está reforçada, as intervenções nos edifícios Municipais que ganharam uma concentração de novos recursos e um novo Departamento, portanto, não me venham dizer, porque, de facto, é mentira! Que o Município de Lisboa esteja a alienar as suas responsabilidades na área de intervenção da manutenção e conservação e, nomeadamente, naquilo que é o seu reforço de intervenção na área da habitação! -----

----- Agora meus caros Deputados, há coisas que são impossíveis, temos maiores necessidades e temos uma maior quantidade de recursos, e precisamos de que esses recursos sejam geridos por diferentes tipologias de unidades. Nenhum dos Senhores aqui contesta que a GEBALIS tem um papel importante, pois a SRU também terá, e ainda veremos dentro de algum tempo, alguns dos Senhores, como já fizeram na Taxa Turística ainda hoje, a dar a mão à palmatória sobre a importância desta nova Empresa! -----

----- Depois meus Caros, nós não inventámos nenhum modelo novo, nós fomos inspirar-nos naquilo que é o modelo da Câmara do Porto, e já agora Senhora Deputada, de facto, a sua intervenção, Senhora Deputada do CDS, foi completamente desastrosa, porque foi desastrosa no desconhecimento da legislação, no desconhecimento que foi o CDS e o PSD que alteraram a legislação e tiraram a esta Assembleia as competências que ela tinha em matéria de fiscalização das Empresas Municipais, portanto, os Senhores numa hora vêm-se queixar e fazer... Os Senhores vêm para aqui chorar sobre o leite derramado e esqueceram-se que quem colocou o leite ao lume foram os Senhores, os Senhores é que derramaram o leite! -----

----- Nós agora queremos e vamos fazê-lo, apresentado para todas as Empresas Municipais, um novo modelo de fiscalização e de monitorização, que vai além daquilo que os Senhores consagraram na Lei, agora não podem é chegar aqui, no dia

seguinte, e dizer que, de facto, alheando-se das responsabilidades, parece que foram outros que tiveram a responsabilidade sobre esta matéria, o que não vos fica bem!” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Senhor Vereador está a usar tempo cedido pelo Partido Socialista, peço-lhe que seja breve, já tem pouco tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Depois também o modelo que foi referido, nós já dissemos dezenas de vezes, aqui nesta Assembleia que o modelo que está neste momento em cima da mesa é um modelo de transição, a SRU, por aquilo que foi a sua faturação ao longo dos anos só tem direito a um Administrador remunerado, os outros dois Administradores, que sou eu e o Manuel Salgado somos Administradores, não remunerados, foi o melhor modelo que nós encontramos para fazer o crescimento da SRU e digamos, a estabilização da Direção Municipal de Manutenção e Conservação. -----

----- Não nos parece que haja aqui nenhum problema de gestão, ele aliás, está traduzido na forma como nós interpretamos, ao contrário de outros Municípios, a nossa função enquanto Administradores, a Câmara Municipal de Lisboa não perderá nenhum controlo, o Município de Lisboa não perderá nenhum controlo sobre as suas Empresas Municipais. -----

----- Vou terminar só para dizer, Senhora Presidente que o que os Senhores gostariam era que nós, nomeadamente à nossa direita, não tivéssemos condições para desenvolver o nosso plano de investimentos, mas nós vamos tê-lo, e vocês desiludam-se porque, de facto, nós vamos conseguir executar, como a Câmara Municipal de Lisboa há muitos anos não consegue, o seu Plano de Investimentos e a sua capacidade redobrada de investimento na cidade de Lisboa, nomeadamente, numa área, que é uma área crucial, a área da habitação. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, terminámos esta intervenção, Senhores Deputados, vamos pôr à votação em primeiro lugar, naturalmente, o Ponto número 4 da Proposta 712, que é o ponto que tem a ver com o Contrato de Programa que está previsto nesta Proposta. Vamos pôr á votação o primeiro Contrato de Programa.”-----

----- A **Proposta nº. 712/CM/2018**, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, e PEV, votos de abstenção do PAN e MPT, votos a favor do PS, BE e 8 IND. A **Proposta nº. 712/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Este ponto está aprovado por maioria e não há Recomendações nesta matéria.-----

----- Vamos passar agora à votação da Proposta 713/CM/2018, um momento só para ver aqui a parte deliberativa da Proposta. -----

----- Eu não tenho indicação de que queiram separar por pontos. -----

----- O Senhor Deputado Rui Costa informa que pede escusa desta votação, é isso? Certo, muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, não tenho aqui indicação que alguém peça desagregação de alguns pontos. -----

----- O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só em complemento desta informação que o Senhor Deputado Rui Costa estava a sinalizar, ele pede escusa desta votação porque teve uma intervenção em procedimentos de igual contorno, não exatamente neste procedimento que está aqui em apreço, mas entendeu sinalizar à Mesa este pedido de escusa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito bem, está referido, fica referenciado. -----

----- Senhores Deputados, temos então à consideração a Proposta 713/CM/ 2018 que eu vou pôr agora à votação.” -----

----- A **Proposta nº. 713/CM/ 2018**, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos de abstenção do PAN e MPT, votos a favor do PS, BE e 8 IND. A **Proposta nº. 713/CM/ 2018 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, temos uma Recomendação apresentada pela 1ª Comissão sobre esta matéria, pede que estas informações previstas nas Cláusulas 1 e 4 da Cláusula 5ª. e na alínea b) da cláusula 6ª destes Contratos de Mandato que acabámos de aprovar sejam remetidas pela Câmara à Assembleia, eu ia perguntar uma coisa aos Senhores Deputados que apresenta esta proposta da 1ª Comissão, que é o seguinte: Eu julgo que seria útil que nesta Recomendação, nos considerandos, nós referíssemos também que foi aprovada pela Assembleia Municipal a Recomendação 36/01, em 25 de setembro, segundo a qual a Assembleia Municipal recomendou à Câmara que mandasse a Lisboa Ocidental- SRU elaborar um Relatório trimestral, relativo às empreitadas e obras a cargo da Empresa e que esses Relatórios fossem enviados à Assembleia. -----

----- Isso já foi deliberado por nós, mas eu penso que seria útil recordar isto nos considerandos, porque além das informações previstas nestas cláusulas, nós já recomendámos isto. Se não virem inconveniente aditar-se-ia este considerando, apenas para relembrar, que além daquilo que está pedido agora, a Assembleia já pediu que houvesse Relatórios trimestrais da SRU sobre estas obras todas, enviados à Assembleia Municipal.-----

----- Estão de acordo com isto? Alguém se opõe? Não vejo oposição a isto, portanto, eu depois darei aos Serviços a redação, e com este acrescento nos considerandos vamos para a votação a Recomendação 045/01, apresentada pela 1ª Comissão sobre esta Proposta.”-----

----- A **Recomendação 045/01 (1ª.CP)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV e 8 IND. A **Recomendação 045/01 (1ª.CP) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “O Grupo Municipal do CDS-PP entregará posteriormente uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na votação acima referenciada por considerarem que: -----

----- 1. A denominada “Estratégia” para a realização de empreitadas no âmbito do Programa de Investimento Lisboa XXI” nada mais é que uma infundamentada passagem de competências, originariamente na esfera da CML, para a empresa “Lisboa Ocidental SRU”; -----

----- 2. Na proposta, para tentar justificar esta passagem, com o inerente alheamento municipal (e conseqüente falta de controlo político) sobre futuras empreitadas é somente dito que: -----

----- a. A capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras encontra-se já próxima do seu limite. -----

----- b. De entre o universo dos serviços e empresas municipais, verifica-se que a Lisboa Ocidental SRU será a estrutura capaz de incrementar a sua capacidade de realização de empreitadas de modo a executar alguns dos programas que integram o plano de investimentos para o quadriénio 2018-2021.-----

----- 3. Entendem os Deputados Municipais do CDS-PP que, as afirmações acima reproduzidas e constantes da proposta em apreço, não estão suportadas em nenhum estudo, ou parecer técnico, pelo que concluem que esta decisão não obedece a nenhum plano estratégico, mas sim a tácticas momentâneas, cujos verdadeiros interesses, continuam por esclarecer. -----

----- 4. Segundo notícia do jornal Expresso – 22/09/18, página 12 – “A “nova” SRU vai oferecer mais 40% a altos quadros da Câmara”. Segundo a mesma notícia e de acordo com a própria CML a SRU, passará dos 14 atuais funcionários, para cerca de 50, apenas nesta 1ª fase.-----

----- 5. Assim, os afortunados, vão para a SRU, ganham mais 40%, fazem o que estavam a fazer, não perdem o vínculo – podem voltar quando quiserem para onde estavam – e o tempo conta para a sua carreira na função pública e progressão na mesma. A que título, pois, se aumentam as pessoas em 40%, mantendo a sua

segurança, para fazerem o que já fazem? Não é, tal facto, a criação de à partida, de um El Dorado para alguns felizardos, criando desmotivação naqueles que ficam na CML? É esta a forma – enviesada – de premiar os melhores? -----

----- 6. Note-se, que, ao contrário do afirmado pelo Senhor Vice-Presidente da CML – Doutor Duarte Cordeiro – na sessão plenária de 25 de Setembro, o aumento previsto na Lei por força da Isenção de Horário, não é de 40%. -----

----- Assim e em conclusão; -----

----- Não há qualquer estratégia devidamente estudada, avaliada e sujeita a discussão/ debate, em sede do executivo municipal; o que há, é, a coberto de um alegado objetivo de racionalização de meios e agilização de procedimentos, uma nítida intenção de retirar uma série de empreitadas, relativas a obras estruturantes para a cidade por se traduzirem em reabilitações do espaço público, do controle político por parte do conjunto do executivo municipal.-----

----- Neste sentido, não poderiam os Deputados Municipais do CDS-PP deixar de votar desfavoravelmente a Proposta em causa por a mesma assentar num pressuposto de base - Estratégia para realização de empreitadas estruturantes em espaço público- que, de estratégico, só tem o nome.... -----

----- Lisboa, 18 de Dezembro de 2018, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP - Diogo Moura.” -----

----- **4. APRECIACÃO DO PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 717/CM/2018 - CONTRATO PROGRAMA 2019 A CELEBRAR COM A EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 32º E NOS N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 47º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 24º E ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 27º DOS ESTATUTOS DA EGEAC; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente, com pronúncia da 7ª Comissão Permanente; -----

----- Recomendação 045/02 (1ª e 7ª CP); -----

----- Proposta de alteração do BE à Recomendação 045/02 (1ª e 7ª CP); -----

----- (A Proposta 717/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação nº 045/02 (1ª e 7ª CP), fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta de Alteração do BE À Recomendação nº 045/02 (1ª e 7ª CP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante). -----

----- “Senhores Deputados, vamos então agora entrar no Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, tem a ver com o Contrato-programa com a EGEAC e, portanto, eu pedia ao Senhor Vereador que fizesse a apresentação da Proposta. -----

----- Depois temos um Parecer da 1ª Comissão e uma Recomendação Conjunta da 1ª da 7ª e uma Proposta de Alteração do Bloco à Recomendação da 1ª e 7ª Comissão, já lá iremos.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Proposta sobre o Contrato de Programa da EGEAC, ela, no fundo, vem consubstanciar e dar sequência à política de gestão da cultura na cidade de Lisboa, que há muitos anos se apoia em dois pilares, a Direção Municipal de Cultura e a Empresa Municipal EGEAC. -----

----- A Empresa Municipal EGEAC como todos sabemos, é um braço desta política cultural, da nossa política cultural, da política cultural que foi sufragada pelos Municípios de Lisboa, essa mesma política cultural que tem sido desenvolvida pela empresa recebendo, pela Direção Municipal, por gestão direta e orgânica, dentro do município e pela Empresa Municipal através de, por um lado, um conjunto de orientações estratégicas aprovadas pelo município anualmente, e por um conjunto de instrumentos de gestão que são, também, aprovados anualmente, nomeadamente aquilo que acabou de ser e que depois, no fundo, é consubstanciado em certa medida no Contrato de Programa que aqui trazemos hoje, que é aquilo que foram as orientações estratégicas e, portanto, a atividade que a EGEAC vai desenvolver no ano de 2019. -----

----- Há aqui que notar já uma evolução, como também sabe há um conjunto de equipamentos culturais que tem vindo a ser passados para a gestão da EGEAC, há aqui um conjunto de iniciativas e o que nós temos vindo a assistir é a um continuado equilíbrio da empresa a uma diminuição e noutros casos, uma manutenção daquilo que são os custos com um conjunto de equipamentos mas, também, o momento da sustentabilidade de toda a operação a cargo da EGEAC. -----

----- E por isso, gostava aqui sublinhar que a EGEAC, sendo uma Empresa Municipal como todas as outras, também, terá no próximo ano, um conjunto de novas regras de monitorização e fiscalização que incluíram esta mesma Assembleia, para além daquilo que é, se assim a Assembleia o entender, para além daquilo que é aquilo que está consagrado estritamente na lei das Empresas Municipais.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, então agora temos o Parecer da 1ª Comissão o Relator foi o Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho que eu não vejo presente mas, está a Senhora Presidente da 7ª Comissão, é um Parecer conjunto, não sei se querem apresentar o relatório. -----

----- Senhora Presidente da 7ª Comissão está a verificar os seus documentos ai vem ela, muito bem, então, a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, dar-nos à conta do Parecer e naturalmente, também, da Recomendação, se assim o entender.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Senhores Funcionários. -----

----- A 1ª e a 7ª Comissão reunidas analisaram, fizeram um Parecer sobre a Proposta n.º 717/CM/2018 ou seja, sobre os Instrumentos de Gestão Previsional para 2019 da EGEAC. -----

----- Ouvimos a Senhora Presidente da EGEAC, ouvimos a Senhora Vereadora, enfim, saudamos o facto de terem conseguido transferir neste momento, todos os equipamentos para a EGEAC e enfim, vamos aguardar depois o seu desenvolvimento. Esta fase foi, de facto, uma fase de transferência de equipamentos. -----

----- É a nossa grande preocupação na comissão é sustentabilidade, portanto, deste equipamento e deste património e as nossas recomendações vão, precisamente nesse sentir isto é, tornar mais visível esse património por um lado, criar instrumentos desse mesmo próprio património para criar receita, para depois criar mais investimento, portanto, estes são, de facto, as nossas duas preocupações, portanto, criar, no fundo sustentabilidade a este equipamentos e à própria EGEAC. -----

----- Portanto, as Recomendações que foram votadas por maioria, com a abstenção do PEV, do Bloco de Esquerda e um voto de abstenção do PSD, são as seguintes: “-Que seja criada uma estrutura de sinalética, tanto rodoviária como pedonal ou tecnológica através dos *QR Code* para facilitar e promover o acesso aos diversos equipamentos culturais da cidade”, de facto, os equipamentos culturais continuam sem sinalética, isto é uma coisa que nós temos repetido ao longo das análises destes Pareceres. -----

----- “Que seja criada uma imagem de marca, que não existe para os equipamentos culturais de Lisboa que lhe seja dada visibilidade no exterior dos edifícios, por forma a atrair novos públicos e a incentivar, também, a visita. -----

----- E que sejam criadas as condições necessárias à existência de lojas nos museus e outros equipamentos, onde tal seja adequado para a venda de réplicas, objetos de *design* contemporâneo, catálogos inspirados nos ícones da cidade ou nas coleções dos museus, bem como, outro *merchandising* que poderá contribuir para o aumento das receitas da EGEAC.” -----

----- O Bloco de Esquerda apresentou uma Proposta, que agora vem aqui à votação e que nós não acompanhámos e, que na própria reunião teve votos contra. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada. -----

----- A Mesa iria agora dar a palavra ao Bloco, uma vez que é autor de uma Proposta de Alteração a esta Recomendação, para apresentar essa Proposta e fazer a sua intervenção e depois temos um conjunto de Senhores Deputados inscritos. -----

----- Quem é que vem do Bloco? Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----
----- A Proposta do Bloco trata de garantir que no ano de 2019, uma medida que está inscrita nas grandes Opções do Plano é, de facto, cumprida.-----
----- Esta trata-se da medida número 32 que está no eixo 2 e que no essencial visa garantir a gratuitidade de acesso a todos os espetáculos e espaços geridos pela EGEAC a menores de 18 anos, a maiores de 65 anos e desempregados. Uma medida que ainda não se encontra integralmente cumprida e para surpresa nossa quando da audição com a Vereadora da Cultura, não houve indicação de que estaria previsto o seu cumprimento integral, tendo mesmo a Vereadora dito que, esta medida não seria aplicada a nível dos Teatros Municipais.-----
----- Por isso, mesmo achamos importante que exista esta Recomendação, garantindo que, de facto, aquilo que é o programa da cidade, uma medida que está inscrita nas GOP (Grande Opção do Plano) seja cumprida integralmente. -----
----- Obrigada.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----
----- Vamos dar sequência, agora sim aos Oradores inscritos.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício. -----
----- No caso da Proposta nº 717/2018, teremos apenas que deliberar sobre o seu ponto 4, ou seja, o contrato-programa para 2019 a celebrar entre o Município e a EGEAC. ---
----- Como sabemos, a empresa deve promover a gestão integrada e participada dos equipamentos culturais, planear e programar eventos de animação cultural, incluindo as Festas de Lisboa, festivais e outros espetáculos de rua, bem como proceder à cobrança de ingressos e de outras receitas relativas à exploração dos equipamentos. ----
----- Sucede que o pelouro da Cultura tem, ano após ano, vindo a sofrer algum esvaziamento, transferindo a gestão de equipamentos para a EGEAC, o que não nos tem parecido ser a medida mais plausível. A empresa gere cerca de vinte equipamentos culturais, e notámos que o “Maria Matos Teatro Municipal” é registado a vermelho na p. 3 da minuta do Contrato-programa (vá-se lá saber porquê), talvez para nos recordar a sua concessão a privados.-----
----- A EGEAC espera que os espaços culturais que gere, incluindo as atividades realizadas em espaço público, sejam acedidos por mais de 4,4 milhões de visitantes ou espectadores em 2019, como explanado nos Instrumentos de Gestão Previsional. -----

----- Enquanto o Contrato Programa para 2017 previu mais 1,4 milhões que em 2016, ou seja, 10 milhões €, de acordo com os atuais Instrumentos e com a minuta do contrato-programa para 2019, a contribuição do Município é desta vez reduzida em 500 mil €. Ou seja, a Câmara apenas se compromete agora a transferir para a EGEAC, a título de subsídio à exploração, o valor de 9 milhões e 500 mil €, isentos de IVA. Conclui-se que, quando olhamos para determinadas rubricas do orçamento, a área da Cultura, a par dos Direitos Sociais, têm sido das menos valorizadas em relação a outras áreas.-----

----- Por seu turno, a empresa prevê receitas próprias a rondar os 22 milhões e 200 mil €, na sua esmagadora maioria provenientes de bilheteiras e lojas. Mais afirma que continuará a desenvolver a venda integrada de bilhetes iniciada em 2018, para, finalmente, dar lugar a uma uniformização dos sistemas de bilhética, adotando-se uma solução comum para o conjunto dos equipamentos, recomendação aliás sugerida pelo PEV ainda em 2016.-----

----- Ora, se estes Instrumentos apresentam um equilíbrio económico-financeiro com um resultado previsional nulo, convém aqui fazer notar que tal se deve também a uma previsão de acréscimo das receitas superior a 5,3 milhões €, só em bilheteira, ou seja, cerca de 17% face a 2018, onde se inclui o aumento do preço dos bilhetes em alguns equipamentos como, por exemplo, no Castelo de São Jorge ou no Padrão dos Descobrimentos, aproveitando o recente ‘boom’ turístico e não só. -----

----- Ainda o ano passado afirmava a empresa não prosseguir qualquer intuito estritamente mercantil, não se orientando por quaisquer princípios de obediência a critérios puros de mercado concorrencial, tal como dizia estar prevista a gratuitidade de entradas para públicos-alvo, como nos acessos para menores de 18 anos, maiores de 65 anos e desempregados, bem como tem havido alguma estupefação e incompreensão pela exigência de bilhética no acesso infantil ao LU.CA. -----

----- Tudo isto apesar de a Senhora Vereadora pretender “criar uma ideia de sustentabilidade do próprio sector que não passa(ria) apenas pela sua vertente económica, mas precisamente com a questão dos públicos”. Daí as inúmeras reservas que subsistem para o Grupo Municipal de “Os Verdes”. -----

----- Obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado ultrapassou por umas frações de segundo o seu tempo, coisa que nunca acontece com “Os Verdes” e, portanto, não quis chamar a atenção para que o Senhor Deputado realmente avisou, tinha avisado.-----

----- E sim! Foi, certinho impecável, absolutamente certinho. Muito obrigada!-----

----- É que “Os Verdes” tem aqui um cronómetro melhor do que os nossos relógios.” --

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Margarida de Carvalho do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Carvalho (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Presentes.-----
----- Outra vez, o Teatros, já se torna uma recorrência mas, parece que o PCP é o único grupo que se preocupa com os Teatros Municipais de Lisboa e vou falar disso mesmo não estando cá a Senhora Vereadora.-----
----- Voltando ao tempo em que prometeram aos lisboetas, dois teatros no lugar de um só e ao arrepio da vontade dos cidadãos e das petições de como milhares de assinaturas que pediam para não concessionar o “Maria Matos” a privados, o balanço, então é o seguinte: Um teatro fechado em pendências administrativas e outro, um buraco de obras sem fim à vista e, para isto a Câmara não tem e não apresenta soluções.-----
----- Numa lógica puramente economicista que não é nossa, mas que pareceu ser a vossa, têm que admitir que, de facto, as coisas estão a correr bastante mal. -----
----- Resta-nos o Teatro LU.CA, e desde do primeiro anúncio da sua recuperação que o PCP valoriza, não só a preocupação da Câmara em criar na cidade um teatro exclusivamente para público infantil, com é claro a recuperação e investimento no equipamento histórico. -----
----- Acontece que o PCP esteve lá, fomos visitar o Teatro e, de facto, não há como comprovar *in loco* antes de aprovar ou de louvar qualquer iniciativa. É que, apesar de todo o entusiasmo da equipa, da boa vontade dos trabalhadores, ainda com futuro indefinido, não obstante os contorcionismos dessa equipa e ainda se está em início de temporada, mas para lidar como um espaço confinadíssimo, saímos de lá com a convicção de que a Câmara tinha previsto tudo para aquele Teatro, que está saliente numa excelente localização turística, tudo menos fazer do Teatro Luís de Camões um Teatro Infantil. -----
----- Nem sequer no século XXI, nem sequer nuns anos 90 do século XX se procede a uma renovação de um espaço para criança sem às ter em conta, nomeadamente a sua segurança. E eu pergunto de que serve um Teatro dispor de um espaço de atividades se as crianças não têm liberdade de movimentos? Porque os baixos gradeamentos não estão preparados para elas e tornam-se o perigo. E de que serve o Teatro ter balcões se as crianças sem ser na companhia de um adulto não lhes podem aceder, também, óbvio o perigo de queda.-----
----- Então, nada na recuperação, que até está muito bem, foi nomeada para prémio, nada está adaptado a um público infantil, o espaço é perigoso, os gradeamentos já têm proteção e até é uma das atividades que o Teatro oferece e bem, uma visita aos bastidores, mas não está acessível a crianças com dificuldades de locomoção e não foi prevista essa eventualidade, nem o acesso à sala do bar, porque tem escadas. Resultado, a criança vai com a turma e fica à porta. O mesmo se diga do acesso a adultos com mobilidade reduzida, como pais, técnicos e elementos da equipa de diversão ou artistas, não foi previsto. -----
----- Em suma, por aqui se pode ver que esta foi uma solução de improviso, de políticas culturais tomadas sem visão de futuro e sem qualquer planificação estratégica, sem uma lógica de boa gestão da potencialidade dos equipamentos, porque se este Teatro fosse pensado originalmente para o público infantil, seria de raiz

adaptado para elas tal como fazem nas escolas e nas bibliotecas e outras infraestruturas.-----

----- A recuperação foi pensada, pensamos nós, enfim, para turistas não para crianças, portanto, não chamem ao Teatro LU.CA. Teatro infantil enquanto não se procederem a esta urgentes correções.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, nós Senhora Deputada”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Relativamente ao Contrato-programa com a EGEAC importa fazer um prévio enquadramento daquilo que é o nosso entendimento sobre esta Empresa Municipal. Nós temos uma crítica que não é de agora, que é a duplicação de estruturas entre a Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC, hoje existe uma gestão tricéfala onde não entra apenas a Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC mas entra, também, o Turismo de Lisboa e, nessa medida aquilo que já aqui foi falado sobre a uniformização da imagem, era importante a nível dos equipamentos municipais e depois estamos a falar de uma duplicação porque, a Câmara Municipal de Lisboa, a Direção Municipal de Cultura e todos os equipamentos e todos os serviços que estão afetos a essa mesma Direção tem cerca de 400 funcionários e a EGEAC tem vindo a aumentar de ano para ano o seu quadro de pessoal e, neste momento, tem mais de 300 e prevê-se que aumente.-----

----- Relativamente à situação financeira, nós poderíamos avaliar de outra forma a situação financeira, quer da Câmara, quer das Empresas Municipais se esta Assembleia tivesse acesso a algo que está previsto na Lei que é obrigatório, que é que a Câmara nos envie as contas semestrais da Câmara Municipal e das Empresas. Recebemos hoje por *email* as conta que são importantes para nós avaliamos a situação deste ano, da Câmara Municipal e obviamente, poderemos não ter tempo de as avaliar até quinta-feira de forma criteriosa mas, também, naquilo que a EGEAC e as Empresas Municipais não tivemos acesso a essa informação, o que é de lamentar.-----

----- Depois o que se propõe aqui, neste Contrato-programa é transferir na prática, com uma redução quase inexistente, a mesma verba que se transferiu em 2018, mas a situação financeira da EGEAC, pelo menos naquilo que está nas suas previsões, dos seus documentos previsionais financeiros é, de um aumento de receita de mais ou menos 5 milhões, é esperado um aumento de público de 228 mil pessoas. Estamos só a falar de equipamentos museus, não estamos a falar sequer do Cinema São Jorge e dos Teatros que estão sobre a gestão da EGEAC.-----

----- Portanto, com este aumento de bilhética, com este aumento das receitas de 5 milhões e mantendo aquilo que é a verba que a Câmara vai transferir para a EGEAC em 2019, igual ao que transferiu este ano, era normal que esse aumento da receita reverte-se para aumento da atividade cultural da EGEAC o que, também, pelo que vimos do plano de atividade da EGEAC para 2019, não acontece, portanto, essa reflexão não existe. -----

----- Como, também, não vamos na medida e que a Senhora Vereadora aqui já se comprometeu de haver uma isenção para jovens, o Bloco hoje prepõe para 18, nós já tivemos aqui uma Proposta que trouxemos na última Assembleia Municipal e que foi aprovada por maioria com apenas 2 abstenções, para que haja uma isenção para jovens até aos 25 anos e, portanto, não vemos nenhuma alteração a esses documentos, mas, também, não devemos essa vontade por parte da Empresa Municipal, pelo menos têm sido explicitada em nenhum dos Fórum em que foi discutida esta Proposta.-----

----- Depois dizer, também, naquilo que são as orientações estratégicas e já foi dito pela Vereadora na Comissão. Nós temos um grande aumento de pessoas a fluir aos equipamentos municipais e elas são como disse a Vereadora... -----

----- Vou já terminar Senhora Presidente, usando um terço do tempo do PPM.-----

----- Dizer-lhe muito rapidamente que, sendo na maioria turistas, nós não vemos aqui nenhuma orientação estratégica no sentido de captar mais público da cidade e mais público nacional e, portanto, temos que deixar essa nota, não existe medidas concretas.-----

----- Do ponto de vista estratégico, obviamente, a EGEAC tem uma programação que é muito diversificada, mas esquece aqui, há bocado o Senhor Vereador, João Paulo Saraiva falava no programa eleitoral que executam e que cumprem e que foi sufragado e aprovar pela maioria dos Lisboaetas, mas a verdade é que esse programa fala da cultura popular e tradicional e não há uma única linha, quer nas orientações estratégicas que a Câmara emanou para a EGEAC, como também não há no plano de atividades de 2019 da EGEAC qualquer linha sobre o associativismo cultura e a cultura popular. Existe sim, aquele apoio em que a EGEAC se lembra da Cultura popular durante o mês de junho, porque dá jeito para as marchas populares e dá jeito para fazer arraias nos bairros sociais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- O Grupo Municipal do Partido da Terra será coerente com a posição assumida em anos anteriores no que diz respeito ao Contrato-programa celebrado anualmente

entre a Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC, e a nossa posição deve-se essencialmente, à convicção que empresas municipais devem complementar e não esvaziar as atribuições dos diversos pelouros do Executivo Municipal.-----

----- A EGEAC promove, de facto, um serviço diversificado, abrangendo diferentes nichos culturais e estratos socio-económicos. -----

----- Não pretendemos, de forma alguma, desvalorizar a importância do serviço prestado por esta empresa municipal, nomeadamente a dinamização da oferta de bens e serviços culturais, a gestão de vinte e um equipamentos culturais e a dinamização de eventos culturais no espaço público, em especial as Festas de Lisboa que, de todos os eventos anuais de grande dimensão, é o que mais enraizado está na História e Cultura dos lisboetas. -----

----- Mas não podemos deixar de colocar a seguinte questão, se a EGEAC enquanto empresa municipal pretende ser líder na criação e promoção cultural na cidade de Lisboa, qual será então o papel reservado ao pelouro da Cultura? Os 9.500 mil euros que o Executivo está disposto a transferir para EGEAC a título de Subsídio à Exploração, traduz-se na prática numa transferência de competências para que esta empresa municipal assume o papel que a nosso ver deveria ser totalmente assumido pelo município.-----

----- Relativamente à Recomendação resulta do Parecer da 1ª e 7ª Comissões Permanentes não podemos deixar de referir, a sugestão ano após anos deixada neste plenário e ano após ano ignorada. -----

----- A EGEAC aumentou o número de equipamentos a seu cargo, o que a par do aumento do fluxo turístico em Lisboa, significa que mais pessoas deverão procurar os monumentos e as salas de espetáculo, por esta empresa geridos. Por outro lado, para colmatar a subida global dos gastos, nomeadamente com pessoal, a EGEAC viu-se obrigada a aumentar o preço dos bilhetes de acesso ao Castelo de São Jorge e ao Padrão dos Descobrimentos. O aumento da rede de estruturas sob a sua gestão e a necessidade de aumentar as receitas da EGEAC reforçam a necessidade de tantas vezes aqui referida, de desenvolver uma estrutura de sinalética que facilite a identificação dos equipamentos culturais do município e conseqüentemente que lhe dê uma maior visibilidade, um pequeno investimento na promoção da Cultura Lisboa, que em última instância resultará num aumento significativo de receitas para ajudar e a garantir o equilíbrio das contas da empresa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do Bloco de Esquerda” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente o Contrato-programa de 2019 com a EGEAC, no entanto, não podemos deixar de referir que a nosso ver falta uma visão uma orientação estratégica clara da política cultural do município, nem se entende muito bem qual é a missão da EGEAC, aqui definida como o braço do município para a sua política cultural. -----

----- É um facto que, ao longo dos anos o Município, cada vez mais tem passado equipamentos municipais para a gestão desta entidade da EGEAC e, também, sabemos que a EGEAC tem passado alguns destes equipamentos para gestão dos privados. -----

----- Um caso paradigmático é o do Teatro Maria Matos, este equipamento saiu mesmo, desapareceu completamente sem qualquer menção nas orientações estratégicas da EGEAC e, portanto, aquilo que parece é que saiu, de facto, do serviço público. -----

----- Naquilo que pudemos verificar, tanto o plano de atividades, com das orientações estratégicas da EGEAC, há uma excessiva preocupação com a captação de públicos, não que isto não seja um objetivo meritório, a questão é que, este objetivo está muito preso à prioridade captação de receitas próprias e, portanto, assunção de uma lógica puramente mercantil, economicista da Cultura. No fundo, parece que o município a tenta transformar a cultura na galinha de ovos de ouro da Câmara Municipal e isto não é política cultural e mesmo mercearia. -----

----- Isto, poderemos verificar, por exemplo, quando a EGEAC coloca muito a tónica no aumento do preço dos bilhetes, por exemplo, no acesso ao Castelo de São Jorge com o argumento, dizendo que é o equipamento apenas ou praticamente só usufruído por turistas, e não tendo aqui, de facto, uma leitura sobre a importância dos equipamentos, do património e outras visões de cultura, que essas sim deveriam ser um centro da política cultural do Município. -----

----- Relativamente às Recomendações da 1ª e da 7ª Comissão, julgamos que as questões com a sinalética, preocupações com a imagem de marca de marca ou de *merchandising*, não são, de facto, centrais na discussão de uma política cultural do Município, são mais uma vez focadas muito nesta preocupação com o aumento da receita, de uma lógica mercantil e por isso iremos abstermo-nos. -----

----- Consideramos, por outro lado, que é muito importante garantir aquilo que está previsto, que está o que está integrado nas grandes Opções do Plano, que se trata, precisamente, de garantir a gratuitidade do acesso aos teatros e a equipamentos e espetáculos sob gestão da EGEAC para determinados públicos que, à partida terão a menos acesso a este tipo de estruturas e de espetáculos. Obrigada. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, eu creio que esgotámos aqui na Mesa os pedidos de palavra, pergunto ao Senhor Vereador se quer dizer alguma coisa agora? O Senhor Vereador tem um minuto e dez, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito bem, eu não deixo, queria responder para começar, antes de ir às considerações gerais. Dizer, para começar, que eu há pouco esqueci-me mas vou dizer agora, que a tudo o que estava no acordo com o Bloco de Esquerda, o que está no acordo com o Bloco de Esquerda, que ele é presente, não é passado, está a ser cumprido e, portanto, a gratuidade em monumentos e museus para a menores até aos 12 anos, todos sem exceção, está a ser cumprida.-----

----- No Castelo todos os residentes em Lisboa têm essa gratuidade, seja qual for a sua nacionalidade, nos restantes equipamentos os residentes em Lisboa, menores de 18 anos e maiores de 65 têm entrada gratuita, todos os residentes em território nacional aos domingos e feriados da parte da manhã têm a sua entrada gratuita, os desempregados mediante comprovação do mesmo, o ingresso nas galerias municipais é gratuito e a gratuidade, os descontos praticados também para além desta referência que eu já fiz, 50 por cento dos jovens não residentes em Lisboa entre os 3 e os 25 jovens, jovens residentes em Lisboa entre os 19 e os 25, 15% aos maiores de 65 não residentes em Lisboa, 15% a pessoas portadores de deficiência, 20% a entidades não comerciais e poderíamos por aqui continuar, -----

----- É muito injusto dizer que o Município continuou...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Senhor Vereador, tem muito pouco tempo já disponível.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ninguém cede? Não há nenhuma alma generosa?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Os Independentes cederam um terço do tempo e o Partido Socialista também cede um terço do tempo, é mais um minuto e poucos segundos.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- De facto, o Município de Lisboa, tem aqui, como eu disse, dois braços sobre esta matéria, um a Direção Municipal que cuida dos diversos arquivos do Município e das Bibliotecas, seleciona e recebe as candidaturas, seleciona e dá aos apoios e monitoriza-os às entidades que fazem a iniciativas culturais na cidade, constrói e projeta os novos equipamentos culturais, tem o Gabinete de Estudos Olissiponenses, só para citar algumas das iniciativas e, portanto, é profundamente injusto dizer, para além disso gere de forma articulada, com a Empresa Municipal, um conjunto de atividades na cidade, porque uma coisa não é dissociada da outra e, portanto, é absurdo dizer que, a estas duas realidades não se conjugam, e que não são geridas no âmbito da mesma política pela mesma Vereadora. -----

----- Mas não deixa também de ser interessante dizer-vos o LU.CA já teve não mais 9 mil visitantes dos quais 6 mil são crianças, de facto, ele tem alguns problemas, é preciso reconhecermos quando as coisas não correm completamente bem, mas estão a

ser resolvidos e em breve, Senhora Deputada, teremos aqui certamente um elogio, não diria um elogio, mas pelo menos um reconhecimento do PCP e que algumas das insuficiências e das questões que não ficaram completamente resolvidas, vão ser agora resolvidas. -----

----- O Teatro do Bairro Alto há de ressurgir depois das obras, no segundo semestre de 2019, e relativamente ao Maria Matos, aquele vermelho que ali está, por lapso certamente, só terminar a frase Senhora Presidente é, para vos dizer que se o processo se prolongar em Tribunal o Município assegurará novamente a programação do “Maria Matos”. -----

----- Para terminar, eu sobre esta questão das Empresas Municipais e da Cultura, em particular, relativamente a todas e a todos aqueles que contestam esta abordagem, fazem-me lembrar aquele automobilista que vai na autoestrada em sentido contrário e exclama espantadíssimo dizendo que todos estão errados e que eles é que estão bem! --
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, Senhores Vereadores também, estão vários a assistir, vamos neste momento passar às votações, estamos para votar na Proposta 717, é apenas o ponto número 4, que tem a ver com a, mas o que é que a parte diretiva, tem a ver só com o contrato-programa, mas gosto de ter isto aberto no sítio próprio.” -----

----- **Ponto 4 da Proposta °. 717/CM/2018**, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, PPM, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, BE, PAN e 8 IND. O **Ponto 4 da Proposta °. 717/CM/2018 foi aprovado por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Vamos passar agora à Recomendação 45/02, eu penso que a Proposta do Bloco de Esquerda não é nenhuma substituição do texto já existente, é um aditamento, portanto, pode ser votada a seguir, certo? Muito bem, então vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Recomendação 45/02, apresentada pela 1ª. e 7ª. Comissões sobre esta matéria que aqui foi apresentada pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso.” -

----- **A Recomendação n.º. 45/ 02(1ª e 7ª CP) resultante do Parecer da 1ª. e da7ª. Comissões Permanentes sobre a Proposta 717/CM/2018**, votos contra do PCP, votos de abstenção do BE e do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e 8 IND. **A Recomendação n.º. 45/ 02(1ª e 7ª CP) foi aprovada por maioria.** ---

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Agora há uma Proposta do Bloco de Esquerda de acrescentar aqui um ponto deliberativo que foi aqui apresentado, portanto, é o Ponto número 1 da Proposta do Bloco e vou pôr à votação esta Recomendação.” -----

----- **A Proposta de Aditamento de um novo ponto à parte deliberativa da Recomendação 45/02 (1ª. e 7ª. CP), subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**, votos contra do PS, PSD, votos de abstenção do CDS-PP, MPT e PPM, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **A Proposta de Aditamento de um**

novo ponto à parte deliberativa da Recomendação 45/02 (1ª. e 7ª. CP) foi rejeitada. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **“Apreciação do Ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 717/CM/2018 – Contrato Programa 2019 a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.** -----

----- *O Grupo Municipal do PCP votou contra o ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 717/CM/2018 e também contra a recomendação da 1ª e 7ª Comissão, porque entende que a EGEAC, depois da desastrosa concessão do Teatro Municipal Maria Matos a privados, o qual se encontra hoje vazio e sem utilização, reforça a intenção de angariar mais patrocínios privados para realização de eventos em espaços públicos e equipamentos. Rentabilizar os espaços que gere, reforçando a lógica de comercialização da cultura, e relembramos que já no ano passado a recomendação apresentada continha os dois primeiros pontos que agora voltam a esta Assembleia, só o 3º ponto constitui novidade. Apesar de aprovadas, e com o nosso voto favorável, as recomendações não foram tidas em conta.* -----

----- *Neste momento entendemos que aquilo que se deveria recomendar à EGEAC seria antes a criação de novas linhas orientadoras que permitissem que esta Empresa Municipal tivesse uma ação virada para os reais interesses da população da Cidade de Lisboa, uma linha de ação que fosse agregadora das estruturas Culturais da Cidade que desse primazia às Coletividades e ao Movimento Associativo.* -----

----- *Registamos a redução do valor do contrato programa, e por oposição o aumento nos valores dos bilhetes no Castelo de São Jorge (que passam de 8,5 euros para 10 euros) e no Padrão dos Descobrimentos (que passam de 5 para 6 euros, são elementos importantes que demonstram a opção política da maioria existente na Câmara Municipal.*-----

----- *Reafirmamos hoje preocupações que anteriormente já aqui referimos, falta uma linha condutora que una a atividade da EGEAC ao Pelouro da Cultura e à sua Direção Municipal.*-----

----- *Relembramos a recomendação 23/01, que apresentámos em Maio deste ano “Lisboa precisa de uma política Cultural de apoio à criação e fruição, com os agentes culturais e com os Lisboetas” e não o oposto, que é aquilo que hoje nos continua a ser apresentado e que mantém o caminho dos grandes eventos, subordinados ao consumo turístico, que assume o papel de “comprador”, abdicando do seu papel de desenvolvimento e consolidação do trabalho com as coletividades e o Movimento Associativo Popular.*-----

----- *Registamos também o valor apresentado no Plano de Investimento da EGEAC (pág. 123) para o Teatro do Bairro Alto, onde está previsto um investimento de 646.700, ou seja mais de meio milhão de euros de investimento num espaço que é alugado, enquanto se preferiu colocar nas mãos dos privados um espaço que estava a funcionar o Teatro Maria Matos (propriedade da CML), mais uma vez são elementos*

importantes que demonstram a opção política da maioria existente na Câmara Municipal.-----

----- *No que concerne à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, que sumariamente propõem "Que seja garantido o cumprimento da medida expressa nas GOP" votámos favoravelmente cientes que a inscrição de tal medida nas GOP apenas serviu para mera propaganda, uma vez que a mesma foi um mero sinal que serviu de aceno mas que não teve consequências práticas."*-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *"Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a proposta 717/2018 por considerarem que:*-----

----- *A Câmara Municipal de Lisboa apresenta uma proposta de transferência de cerca de 9 milhões de euros para 2019, um valor praticamente igual ao presente ano, quando a EGEAC prevê um aumento de receitas no valor de 5 milhões de euros;*-----

----- *Face ao aumento da receita, a EGEAC não aumenta a sua programação e atividade cultural, consumindo o valor em custos operacionais da empresa;*-----

----- *Contrariamente ao Programa Eleitoral sufragado pelo PS, as Grandes Opções do Plano, as Orientações Estratégicas da EGEAC emanadas pela CML e o Plano de Atividades da empresa não apontam uma única linha, ação ou medida estratégica para a Cultura Popular e o apoio ao associativismo local, representantes das nossas tradições e identidade, cingindo a sua participação ao mês de Junho através das Marchas Populares e dos Arraiais nos Bairros;*-----

----- *Por fim, o CDS reitera a sua preocupação na duplicação de estruturas entre CML e EGEAC e a uma gestão tricéfala de equipamentos e espaços entre CML, EGEAC e ATL."*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- *"Senhores Deputados, antes de passarmos agora ao Ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos, que é um conjunto de delegações de competências, queria dizer-vos o seguinte, pede-me a Senhora Deputada Aline Beuvink que vos transmita que não está em condições, neste momento, de fazer a sua intervenção, faleceu uma pessoa muito próxima, mas que que pedia se podia apresentar depois a sua intervenção por escrito, que provavelmente, terá que ser introduzida sob a forma de Declaração de Voto ou de Anexo à Ata, poderemos naturalmente por como Anexo à Ata da próxima Sessão, que é onde vai passar-se esta discussão.*-----

----- *Não poderá ser naturalmente uma Declaração de Voto porque a Senhora Deputada já manifestou que não estará presente, mas será uma posição do PPM, que nós anexaremos à Ata e penso que não haverá inconvenientes nisso, se a Senhora Deputada está de acordo com esta solução. Naturalmente que transmitimos os nossos sentimentos e os sentimentos dos seus colegas da Assembleia Municipal e agora, naturalmente, precisa de um espaço para si própria, para gerir o que está a passar.*-----

----- *Se os Senhores Deputados estão de acordo com este ponto naturalmente vamos passar ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos.*-----

----- PONTO 6 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS RELATIVAS A CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS (2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS): -----

----- PONTO 6.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 797/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR MANUEL GRILO) - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALCÂNTARA, BEM COMO A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25º, NO ART.º 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----

----- Recomendação 047/01 (1ª CP) -----

----- (A Proposta 797/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP fica anexada a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 047/01 (1ª. CP) fica anexada a esta Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 6.2 - APRECIACÃO DO PONTO I DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 840/CM/2018 – (SUBSCRITA PELOS SENHORES VEREADORES JOÃO PAULO SARAIVA E MANUEL SALGADO) - ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPOLIDE, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO EM CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25º, NO ART.º 116.º, NO N.º 2 DO ART.º 120.º, E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----

----- Recomendação n.º 047/02 (1ª CP) -----

----- (O Ponto I da Proposta 840/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP fica anexada a esta Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- (O Recomendação n.º 047/02 (1ª CP) fica anexada a esta Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 6.3 - APRECIACÃO DO PONTO I DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 842/CM/2018 - (SUBSCRITA PELOS SENHORES VEREADORES JOÃO PAULO SARAIVA E MANUEL SALGADO) - ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DOS

OLIVAIS, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO EM CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25º, NO ART.º 116.º, NO N.º 2 DO ART.º 120.º, E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente** -----

----- **Recomendação n.º 047/03 (1ª CP)** -----

----- (O Ponto I da **Proposta 842/CM/2018** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 1ª. CP** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação n.º 047/03 (1ª CP)** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 6.4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 844/CM/2018 - (SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA CATARINA VAZ PINTO) - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CINEMA EUROPA, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO EM CÂMARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25º, NO ART.º 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E NO ART.º 14.º DA LEI 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente** -----

----- **Recomendação n.º 047/01 (1ªCP)** -----

----- (A **Proposta 844/CM/2018** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 1ª. CP** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação n.º 047/04 (1ªCP)** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Temos aqui em primeiro lugar, é um conjunto de propostas de contratos delegação de competências, contrato de delegação de competências na Freguesia do Município de Lisboa em conjunto da apreciação, portanto, é uma primeira Proposta é Alcântara, uma segunda de Campolide e uma terceira dos Olivais e, portanto, e ainda uma quarta, que tem a ver com Campo de Ourique, com o Cinema Europa e, portanto, nestas quatro propostas, pergunto à Câmara se quer fazer a apresentação? -----

----- A Câmara não está propriamente a dar atenção mas julgo que não quer fazer a apresentação, prescinde da apresentação. -----

----- A Senhora Deputada Inês Drummond vai fazer a apresentação do Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre estas respostas e, provavelmente da Recomendação também, veremos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- No que diz respeito à Proposta 797/2018, a Câmara submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, uma proposta de um contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Alcântara, para afetação de 18850 euros para intervir nos espaços de recreio e nos pavimentos da Escola Básica de Santo Amaro.-----

----- No que diz respeito à proposta 840, a Câmara submete à apreciação da Assembleia a revisão dos contratos de delegação de competências com a Freguesia de Campolide que executou diversas intervenções que não estavam contempladas nos contratos delegação de competências, mas de maior interesse para a cidade e para a população local, que constituem competências do Município. A presente proposta contempla a transferência de recursos financeiros para a freguesia de Campolide no montante de 524120 euros. -----

----- No que diz respeito ao respeito à proposta de 842/2018, a Câmara se submete à aprovação da Assembleia de Freguesia uma proposta que procede à revisão dos contratos delegação de competências celebrados no mandato 2007/2021 com a Freguesia dos Olivais, sendo que a Freguesia dos Olivais executou diversas intervenções que não estavam contempladas nos contratos de delegações de competências, mas de maior interesse e prioridade para a população local que constituem competências do Município. -----

----- Por outro lado, a Junta de Freguesia de Benfica veio apresentar um conjunto de documentos comprovativos de despesas existentes com intervenções contempladas nos contratos delegação de competências aprovadas com as propostas 409/CM/ 2016, número 781/CM/2014 e na adenda aprovada na Assembleia Municipal, por via da Proposta 751/CM/2018.-----

----- A presente proposta contempla a transferência de recursos financeiros para a Freguesia dos Olivais, no montante de 443398 euros e 99 cêntimos.-----

----- Do ponto de vista das Recomendações, mas ainda apresentando uma última Proposta, apresentando ainda a proposta 844 em que o Município pretende fazer um contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Campolide, acompanhando os recursos financeiros adequados ao desempenho da manutenção e gestão da Biblioteca Espaço Cultural Cinema Europa, no que respeita pelas condições, pelas condições do sistema de gestão de redes de bibliotecas de Lisboa, esta proposta vêm ao encontro das Recomendações desta Assembleia Municipal no sentido de se fazerem contratos interadministrativos para a gestão de equipamentos que há data da Reforma Administrativa não existiam, que era o caso do Cinema Europa e que agora já em pleno funcionamento, e sob a alçada da gestão da Junta de Freguesia deve a Câmara prover os recursos financeiros, neste caso 188590 euros e 31 cêntimos para a gestão do Cinema Europa.-----

----- Do ponto de vista das Recomendações e já que o Senhor Presidente pediu para abordar este assunto, que a Câmara também proceda à correção dos erros materiais,

conforme os quadros anexos, elaborados pelos serviços esta Assembleia. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, antes de darmos a palavra às pessoas inscritas, dizer-vos o seguinte, relativamente à Proposta que acabámos de votar, do Ponto 4, ou seja, o Ponto 4 da Proposta 117, o Partido Comunista informou que apresentará uma Declaração de Voto escrita. -----

----- O PEV pediu para retificar a votação, e penso que vamos a tempo de o fazer, desde que fique registado em Ata.... Desculpem, mas é o PEV ou o Bloco? O Bloco? É que não é o que aqui está escrito! Mas é então do Bloco de Esquerda, uma abstenção, que não altera os resultados, mas o Bloco absteve-se na Recomendação 45/02, apresentado pela 1ª. e 7ª. Comissão Permanentes.-----

----- Há depois ali um sinal do CDS-PP a dizer que vai apresentar uma Declaração de Voto, por escrito também sobre estas mesmas votações. -----

----- Voltamos então agora a estas delegações de competências, vamos perguntar, não tenho ninguém inscrito. Senhor Vereador, há pouco eu perguntei-lhe a si se queria a palavra e não quis, mas agora tem-na, fora de tempo mas não é grave.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa Senhora Presidente, mas estava distraído!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Nós bem vimos que estava distraído, mas nem sequer olhou cá para cima! Não faz mal!” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Por vezes acontece e eu peço desculpa, mas não foi intencional! -----

----- Dizer que ainda não terminaram e vão continuar e acontece neste caso que há dois contratos que têm um acréscimo de dotação em face de um conjunto de intervenções, que foram articuladas com o Município e que foram pagas na altura pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Depois há um conjunto de contratos que estão a ser desenvolvidos de continuidade, de infraestruturas que foram recebidas ou de atividades que foram recebidas do Município e que têm continuidade ao longo do tempo, e esses contratos terão uma, digamos, uma cadência própria.-----

----- Há um pacote de novos contratos que está a ser preparado, os chamados contratos de mandato de delegação de competências que virão e serão submetidos a esta Assembleia em Janeiro e há depois um pacote de Higiene Urbana que terá duas componentes, uma componente de reforço financeiro em face da carga turística da cidade e que se decorrerá da própria taxa turista, da cobrança da taxa turística e que a que vem reforçar a capacidade financeira no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e um outro em que também no âmbito da Higiene Urbana para resolver

algumas questões e apoiar o Município de Lisboa nas suas próprias competências nesta matéria e que também de Janeiro chegarão a esta Assembleia. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, creio que não temos mais pessoas inscritas e, portanto, agora nós temos aqui quatro propostas para votar, temos que votar uma a uma, naturalmente, e temos também quatro Recomendações. -----

----- Tenho a indicação que o Bloco de Esquerda pede a votação dos pontos da primeira ou de todas? De todas as Recomendações, então vamos uma a uma. -----

----- Muito bem, então o primeiro ponto que vou pôr à vossa consideração é a Proposta 797/CM/2018, que é a delegação de competências na Freguesia de Alcântara.” -----

----- **Proposta 797/CM/2018**, não há votos contra, votos de abstenção do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PPM, 8 IND. A **Proposta 797/CM/2018 foi aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora a votação da Recomendação 047/02, com dois pontos, o primeiro é dar continuidade ao incremento destes contratos e segundo é a correção dos erros materiais, conforme o quadro anexo, portanto, vamos pôr à votação por pontos.” -----

----- **Ponto 1 da Recomendação 047/01 (1ª. CP)**, não há votos contra, abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, 8 IND. O **Ponto 1 da Recomendação 047/01 foi aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 2 da Recomendação 047/01 (1ª. CP)**, não há votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 8 IND. O **Ponto 2 da Recomendação 047/01 foi aprovado por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: ---

----- “Passamos agora à Proposta 840/CM/2018, que é a delegação de competências na Freguesia de Campolide e vamos pôr à votação a proposta da Câmara.”-----

----- **Proposta 840/CM/2018**, não há votos contra, votos de abstenção do PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, 8 IND. A **Proposta 840/CM/2018 foi aprovada por maioria** (com a correção dos erros materiais identificados). -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora vamos pôr à votação a Recomendação 047/02, também separadamente. ---

----- O PEV sinaliza-me que fará uma Declaração de Voto, escrito, sobre esta votação e vamos pôr à votação separadamente. -----

----- **Ponto 1 da Recomendação 047/02 (1ª. CP)**, não há votos contra, abstenção do PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, 8 IND. **O Ponto 1 da Recomendação 047/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 2 da Recomendação 047/02 (1ª. CP)**, não há votos contra, abstenção do PCP, Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND. **O Ponto 2 da Recomendação 047/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O PEV sinalizou que também sobre esta Recomendação 047/02 (1ª. CP) apresentará uma Declaração de Voto, É isso? Sim, por escrito.” -----

----- **(O Grupo Municipal do PEV apresentou “Aclaração de Voto”** retificando o respetivo sentido de voto nesta Recomendação, a qual se anexa à presente Ata, como **Anexo XXXIX** e dela faz parte integrante. A retificação não altera o resultado final da votação) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos então passar agora ao ponto seguinte, que é a delegação de competências na Junta de Freguesia dos Olivais e vamos pôr à votação essa proposta, que é o Ponto primeiro da parte deliberativa da Proposta 842/CM/2018.” -----

----- **Ponto I da parte deliberativa da Proposta 842/CM/2018**, Não tem votos contra, votos de abstenção do PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, 8 IND. **O Ponto I da parte deliberativa da Proposta 842/CM/2018 foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora vamos pôr à votação a Recomendação, o primeiro ponto, continuidade e que remete este número de contratos, vamos para à votação este primeiro ponto da Recomendação 047/03.” -----

----- **Ponto 1 da Recomendação 047/03 (1ª. CP)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PCP, BE, PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, MPT, 8 IND. **O Ponto 1 da Recomendação 047/03 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação 047/03 (1ª. CP)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND. **O Ponto 2 da Recomendação 047/03 foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O PEV sinalizou também que fará uma Declaração de voto também sobre esta matéria, sobre o conjunto destas propostas de delegação de competências e provavelmente Recomendações também.” -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Verdes abstiveram-se nas Propostas nºs 840/2018 e 842/2018 que tinham em vista a celebração de duas adendas a anteriores Contratos de Delegação de Competências (CDC) celebrados entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Campolide e Olivais, respetivamente, pelos seguintes motivos. -----

----- Primeiro, tratando-se de duas situações com algumas similitudes, pelas alíneas E) das minutas de adenda aos CDC daquelas duas propostas ficamos a saber que “com a monitorização realizada se verificou que (ambas as Freguesias executaram) diversas intervenções que não estavam contempladas” nos CDC.-----

----- Por outras palavras, as Propostas nº 840 e 842/2018 mencionam, explicitamente, que tanto a Freguesia de Campolide como a dos Olivais inovaram para além do autorizado nos anteriores CDC, sem terem obtido autorização prévia dos órgãos do Município: CML e AML. Assim sendo, estas inovações não possuíam também cabimentação prévia municipal de modo a poderem ter sido realizadas. No entanto, as 2 Juntas pretendem ser agora ressarcidas por essas voluntárias intervenções e pelas respetivas despesas a elas inerentes. -----

----- Segundo, como era sabido pelos executivos das Juntas, as propostas de celebração de CDC entre o Município de Lisboa e as Freguesias não comportavam qualquer aumento do valor global dos recursos financeiros atribuídos, mas tal não é o que ocorre nestas duas situações. Situações que a CML deseja sejam assumidas como mero facto consumado. -----

----- Por isso propôs agora a CML vir regularizar aquelas duas situações, mas apenas a posteriori, através de novas adendas aos CDC, o que representará um acréscimo do valor global dos recursos financeiros inicialmente previstos. -----

----- Terceiro, em ambos os casos, a CML não nos explica os motivos reais porque tal aconteceu, porque não foi previamente informada pelas Juntas, nem as razões por não ter sido o Município de Lisboa a executar essas intervenções que eram da sua competência.-----

----- Neste contexto, por Os Verdes não se sentem confortáveis em serem forçados a ter de viabilizar favoravelmente situações já ocorridas no tempo e que voluntariamente omitiram autorizações prévias, pelo que o GM-PEV optou por se abster.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Passamos à Proposta 844/CM/2018, que é a delegação de competências relacionada com o Cinema Europa, na junta de Freguesia de Campo de Ourique e, portanto, vamos pôr à votação a proposta.” -----

----- **Proposta 844/CM/2018**, não tem votos contra, votos de abstenção do PAN, Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, 8 IND. A **Proposta 844/CM/2018 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora vamos votar a Recomendação por pontos, o primeiro ponto é de continuidade a este tipo de contratos.”-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 047/04 (1ª. CP)**, não há votos contra, abstenções do BE e do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, 8 IND. O **Ponto 1 da Recomendação nº 047/04 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº 047/04 (1ª. CP)**, não há votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 8 IND. O **Ponto 2 da Recomendação nº 047/04 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Senhores Deputados, está arrematado por maioria.-----

----- Senhores Deputados, temos agora um conjunto de propostas de repartição de encargos, que eu ponho à vossa consideração, de que a Proposta do ponto 7.1 foi adiada em Câmara, portanto, nem sequer entrou na Assembleia Municipal, não pode ser naturalmente tratada, também estamos a falar que é uma proposta importante que tem a ver com os túneis de drenagem da Cidade de Lisboa, isto é uma matéria extensa, mas foi adiada e não vai ser discutida hoje.-----

----- Portanto, são apenas as Propostas 828 e o ponto 7 da Proposta 829, que nós vamos pôr à vossa consideração.”-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO EM CÂMARA (GRELHA BASE - 34 MINUTOS):**-----

----- **PONTO 7.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 828/CM/2018 – SUBSCRITA PELOS SENHORES VEREDADORES CATARINA VAZ PINTO E JOÃO PAULO SARAIVA) - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANTI MURINO E ANTI BLATIDEO NA CIDADE DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6 DO ART.º 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/9, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- **PONTO 7.3 - APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 829/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS NO MUNICÍPIO DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º E ALÍNEA B), DO ARTIGO 3.º, AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL. -----

----- (A **Proposta 828/CM/2018** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Proposta 829/CM/2018** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXXI** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Pergunto se a Câmara quer apresentar? -----

----- Os Senhores Deputados que estavam inscritos para o ponto 7.1, naturalmente, mas não há necessidade de intervirem agora, porque esse ponto depois virá quando vier, ou querem falar em qualquer circunstância? Para o conjunto dos do ponto 7, muito bem. -----

----- Então vou só perguntar à Câmara se quer apresentar a Proposta 828 ou a Proposta 829... Eu pedia desculpa, porque eu estou a falar com a Câmara! -----

----- Pedia desculpa, o Senhor Vereador quer apresentar as duas repartições de encargos, que estão para ser discutidas, quer apresentá-las? Muito bem Senhor Vereador, prescinda e facilita-me a tarefa, muito obrigado. -----

----- Então sendo assim vamos dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram sobre este conjunto de pontos, e agora estão aqui as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e demais elementos nesta Assembleia. -----

----- Sobre esta Proposta 829, mais uma vez estamos a assistir a um esvaziamento das competências por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Embora a Câmara reconheça que a falta de recursos humanos e de técnicos para assegurar os serviços de lavagem e de desinfeção de contentores subterrâneos no Município, tinha um orçamento que lhe permitiria, portanto, para 2019, 2020, 2021 e 2022, portanto, ter uma política diferente daquela que optou. -----

----- O PCP sempre defendeu e continuará a defender que a Higiene Urbana deve ser assegurada pela Câmara e que o valor da contratação dos meios humanos necessários seria o suficiente, no entanto, a Câmara optou por abrir um concurso para 4 anos, portanto, demonstrando bem a posição que tem sobre esta matéria, optando pela externalização de serviços em vez de assegurar os mesmos e os seus trabalhadores. ----

----- Perante a tendência contínua da externalização de serviços importantes que deveriam ser executados pela Higiene Urbana, o PCP vota contra.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada senhora Deputada, mas o ponto que nós vamos votar não tem a ver com o ponto que a Senhora Deputada referiu, o ponto que referiu é a autorização, referiu-se nesta proposta à decisão da Câmara de autorizar o concurso, não é competência da Assembleia, é competência da Câmara. -----

----- A nossa competência é só a repartição de encargos, mas naturalmente a propósito da repartição de encargos a Senhora Deputada pode, e fez muito bem, em trazer aqui a posição do PCP. -----

----- Posto isto pergunto se há mais alguém inscrito sobre este ponto 7? Um momento.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Em relação à Proposta nº 829/2018, Os Verdes entendem que a Câmara Municipal de Lisboa, com esta proposta, está a assumir claramente que, e citamos “não dispõe, ainda, de recursos que permitam efetuar a lavagem destes equipamentos, tanto ao nível de recursos humanos como de meios mecânicos”, e, ao mesmo tempo, está, mais uma vez, a assumir a perda de oportunidade de investimento e de reforço de meios humanos e técnicos, até 2022, tanto para o Departamento de Higiene Urbana como também para o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, que poderia e deveria fazer a manutenção das viaturas, caso fossem municipais. -----

----- Assim, com esta proposta, estamos perante mais uma externalização de serviços por parte da autarquia, numa verba que totaliza 1.220.000,00€ (um milhão, duzentos e vinte mil euros), como preço base, a que acresce ainda o IVA, quando o que deveríamos estar a aprovar seria a alocação dessa mesma verba para investimento nos referidos departamentos, para a contratação de pessoal especializado, a aquisição de viaturas específicas para operar nestes equipamentos e para formação dos trabalhadores.-----

----- Os Verdes à semelhança de outras propostas, como por exemplo, de gestão e manutenção de espaços verdes, não podem aceitar mais esta externalização de serviços, havendo o claro risco de esvaziamento e rutura de serviços da autarquia.-----

----- Em oposição, Os Verdes defendem um serviço público municipal e, precisamente por essa razão, votaremos contra esta proposta. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, o Senhor Vereador fez sinal que queria usar da palavra, o Senhor Vereador tem naturalmente tempo para usar da palavra se assim o entender, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e esclareceu: -----

----- “Muito rapidamente Senhora Presidente, só para que não fique nenhuma dúvida sobre a política do Município sobre a área da Higiene Urbana.-----

----- Ainda não temos os meios para fazer a limpeza dos contentores enterrados e por isso estamos aqui a contratualizá-la, mas a breve trecho teremos essas competências gradualmente.-----

----- Estamos neste momento a contratar, ou contrário do que contrariamente poderá ter passado da intervenção, das suas intervenções que existiram, estamos a contratar um número de 100 novos cantoneiros, com uma reserva de recrutamento que nos permitirá contratar mais e, portanto, não há nenhum desinvestimento na área da Higiene Urbana do Município, pelo contrário, há um investimento.-----

----- Não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo e estamos numa mudança tecnológica em que precisamos de alguns serviços externos para depois eles serem todos executados pelo Município. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- A palavra ao Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Era só para pedir um esclarecimento porque provavelmente agora ouvi mal a intervenção do Senhor Vereador, ouvi o Senhor Vereador dizer que o que estão a fazer é contratar a capacidade para fazer a limpeza dos atuais equipamentos que estão espalhados pela Cidade de Lisboa de recolha seletiva, os que estão enterrados, portanto, é para isso que nós neste momento estamos a fazer essa contratação, eu depreendi que foi isso que o Senhor Vereador disse, donde me viria a pergunta, primeiro instalaram e depois é que vão contratar a limpeza? Deve ter havido aqui uma falha de comunicação, não faz muito sentido, era só isso que gostava de ver esclarecido.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e esclareceu:-----

----- “Não Senhor Deputado, isto é uma continuidade de um serviço que já foi contratado quando iniciámos a instalação de contentores enterrados, portanto, não é nenhuma novidade é apenas a continuidade, ainda não temos o dispositivo interno com capacidade para assegurar este trabalho, nem os meios tecnológicos para o fazer estamos, gradualmente a adquiri-los e a formar as pessoas para o podemos fazer e começar a fazer em breve e depois descontinuí-lo ao longo do tempo. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

-----Senhores Deputados chegámos ao fim das intervenções, eu peço desculpa aos Senhores, isto está esclarecido, chegámos ao fim das intervenções das várias

propostas que estávamos a apreciar, temos então que pôr à votação estas duas propostas, a 828 e o ponto 7 da 829, vamos pôr à votação.-----

----- **Proposta 828/CM/2018**, não há votos contra, votos de abstenção do PAN votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, 8 IND. A **Proposta 828/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- (O MPT não apresentou por escrito a Declaração de Voto sobre a Proposta 828/CM/2018)-----

----- **Ponto 7 da Proposta 829/CM/2018**, votos contra do PCP, PEV, votos de abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, 8 IND. O **Ponto 7 da Proposta 829/CM/2018 foi aprovado por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, vamos entrar no ponto oitavo e último da nossa Ordem de Trabalhos de hoje, eu queria fazer-vos uma resposta, a Mesa aqui está de acordo com isto, como inicialmente era uma moção, mas, afinal, são três e temos apenas uma grelha base, penso que não há inconveniente, se não virem inconveniente, em vez de grelha base termos uma vez e meia a grelha base, são 4 minutos e meio para cada força política, em vez dos 3 minutos. -----

----- Pergunto se alguém objeta a esta extensão, se não precisarem desses 4 minutos e meio, tudo bem, mas se precisarem escusamos de estar aqui a fazer cedências de tempo e contas complicadas de cabeça. -----

----- Estas Moções deram entrada agora, para a semana não temos Reunião, para a semana é Natal Senhor Deputado, na próxima Reunião temos exclusivamente o Orçamento e o Plano, a Proposta 718 e 718-A, portanto, o ideal é que a gente resolva isto já hoje, temos tempo, são 6 horas.-----

----- Senhor Deputado, bem sei que estamos todos à espera do lanche de Natal, mas podemos perfeitamente resolver este problema hoje e penso que será a oportuno fazê-lo. Concordam com a grelha 4 minutos e meio? Quem não quiser não os utiliza, muito bem.” -----

----- **PONTO 8 - MOCÃO 047/01 (NOVA VERSÃO) – SUBSCRITA PELO PSD - APRECIACÃO DA MOCÃO 047/01 (PSD) - O DIREITO A NÃO SER POBRE!, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;** ----

----- (A Moção nº. 47/01, fica anexada a esta Ata como Anexo XXXII e dela faz parte integrante)-----

----- **MOCÃO 047/02 – SUBSCRITA PELO PS E DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES - APRECIACÃO DA MOCÃO 047/02 (PS/DM INDEPENDENTES) – “A POBREZA É UMA NEGACÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS”, NOS TERMOS DO ART.º 48 E DA ALÍNEA C) DO ART.º. 15º DO REGIMENTO;** -----

----- (A Moção nº. 47/02, fica anexada a esta Ata como Anexo XXXIII e dela faz parte integrante) -----

----- **MOCÃO 047/03 – SUBSCRITA PELO PCP - APRECIACÃO DA MOCÃO 047/02 (PCP) – “ ERRADICAR A POBREZA, CUMPRINDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA”, NOS TERMOS DO ART.º 48 E DA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;** -----

----- (A Moção nº. 47/02, fica anexada a esta Ata como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Então em primeiro lugar quem tem a palavra é quem apresentou Moção 47/01 que foi do PSD. Tem naturalmente além dos 4 minutos e meio, mais um minuto para apresentação da Moção. -----

----- O MPT assinalou-me que tem uma Declaração de Voto na Proposta 828/CM/2018, que apresentará posteriormente por escrito. -----

----- A Mesa lembra que, além desta Moção do PSD, há uma Moção do PS e Independentes e há uma Moção do PCP, tudo sobre a questão da pobreza.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Funcionários Públicos, Senhores Vereadores, Assessores, Deputados e restante público. -----

----- Que estamos a viver tempos estranhos, incertos e de uma invulgar perspetiva de futuro, como se de repente, tudo aquilo que tínhamos dado por adquirido, tivesse deixado de o ser, não temos qualquer dúvida, ainda assim neste mar de incertezas, sabemos que nada será como dantes e que somos todos atores ativos na consolidação deste novo paradigma. -----

----- Como todos sabemos, infelizmente, não se acaba com a fome por qualquer tipo de Decreto-lei, aliás, como já vimos em relação a outras matérias, como é o caso da criminalidade, esta ainda não acabou por falta de leis. -----

----- Sabemos que alimentar a pobreza, não é o motor de saída, uma sociedade bem organizada a distância entre ricos, classe média, classe média e pobres está mais ou menos visível e próxima. -----

----- Neste momento da história das civilizações, que é uma réplica de muitos outros, os pobres estão cada vez mais pobres e este não é fenómeno novo, contudo e apesar de estarmos de acordo com o Professor Rogério Amaro, que sugeriu que o direito a não ser pobre deve ser integrado na Constituição Portuguesa, disse também Conceição Brasil, e que estamos de acordo que existem motores mais eficientes, como apostar na educação, naquela em que transforma as consciências abafadas em consciências críticas, que oferece ao País homens e mulheres saídos das universidades, capacitados para gerir os destinos do povo, num tempo diferente e atual. -----

----- Em suma, os problemas decorrentes da pobreza são transversais a várias áreas, como a educação, a justiça, a economia, as finanças, a saúde, e tanto assim é que se defendeu a importância da criação de um plano nacional para a erradicação da pobreza. -----

----- O que pretendemos hoje aqui com esta Moção, decorridos que estão os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é sensibilizar para facto de que nos dias de hoje já se começa a descrever a pobreza como uma violação da dignidade humana. -----

----- A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais, inalienáveis, constituindo assim o fundamento da Liberdade, da Justiça e da Paz no mundo, no entanto, passados estes anos todos, a pobreza continua a existir nos mais variados cantos do planeta. -----

----- Conforme já debatido por vários pensadores, quer ao nível mundial ou nacional, nomeadamente também pelo Professor Rogério Amaro e citado pelas Professoras Irene Portela e Maria de Lurdes Machado no livro “Os novos horizontes do constitucionalismo global”, a dificuldade de definir pobreza passa pela consideração geral de que ser pobre é física e psicologicamente estar privado dos meios que permitem uma vida de acordo com a dignidade humana, apesar de bastante chocante e rude esta forma de tratar outros seres humanos, como nós, não existe fundamento jurídico para se falar de violação dos direitos humanos perante o pobre, é com base na teoria do contrato social, na justiça a nível nacional e internacional que se começa a descrever a pobreza como uma violação da dignidade humana, e como tal, como uma violação de direitos humanos.-----

----- A pobreza tem contornos mundiais e a sua erradicação é uma responsabilidade de um dever global e deve assumir-se como um dever e não apenas como uma obrigação, o programa de desenvolvimento das Nações Unidas, no relatório de 2016 mostra claramente que é possível garantir as necessidades de serviços básicos e um desenvolvimento humano ao alcance de todos, no entanto, no domínio da ciência do desenvolvimento sustentável e da educação ainda há um longo caminho a percorrer. ---

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal na sua Sessão, nesta Sessão de 18 de dezembro de 2018 delibera propor à Assembleia Municipal de Lisboa, à Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares consagrar o direito a não ser pobre na próxima revisão constitucional. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Eu peço desculpa, mas Senhora Deputada espere aí um bocadinho, a vossa Moção é a terceira, há uma Moção segunda que é do PS e dos Independentes, portanto, quem tem que apresentar a Moção, esta segunda Moção, é o senhor Deputado José Leitão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs. -----

----- A erradicação da pobreza e o combate à exclusão social são inseparáveis dos esforços a desenvolver para a construção de uma sociedade mais solidária que promova a cidadania de todos que a constituem.-----

----- Não basta com efeito gestos jornais individuais e avulsos para erradicar a pobreza, embora possam contribuir para a mitigar num país em que o Estado-providência foi sempre incipiente. -----

----- A pobreza alastra a partir das desigualdades acentuadas na repartição do rendimento e da riqueza, mas também desigualdade de acesso à propriedade e ao poder, daí que lutar pela erradicação da pobreza exige que tenhamos presente como ela nasce e se reproduz e procuramos agir sobre o modelo de sociedade e as suas formas de organização. -----

----- Não só, por exemplo, procurando compensar uma absoluta carência de rendimentos, mas também tendo em conta a necessidade de uma melhor repartição do poder. Um pressuposto de tudo isto é que as políticas de solidariedade devem hoje ser consideradas como um direito de todos.-----

----- Senhores Deputados do PSD, tudo o que acabei de ler foram as posições que defendi em 1997, no quadro do plano para a erradicação da pobreza, 1997/2006, cuja execução foi comprometida com, como sabem, com o fim do Governo de António Guterres em 2002. -----

----- Os Socialistas não descobriram hoje que combater a pobreza é uma prioridade do desenvolvimento humano nem que os poderes públicos a todos os níveis têm um papel obrigatório a desempenhar, sendo certo que deve mobilizar toda a sociedade para esse combate, nunca o combate à pobreza necessitou de rever a Constituição para nela inserir qualquer nova disposição, nem a Constituição nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos carecem de revisão, para que possamos agir contra a pobreza, que é uma negação de direitos humanos fundamentais, através de políticas públicas adequadas.-----

----- Em Portugal e no mundo geral, existe o suficiente para assegurar que todos possam viver com dignidade! O que é necessário é uma redistribuição adequada através de políticas públicas, apostadas na inclusão de todos os cidadãos e na erradicação da pobreza. -----

----- É hoje indiscutível que os níveis de desigualdade estão interligados com os indicadores de pobreza, como tem sido sublinhado por quem tem trabalhado em políticas de contra a pobreza e desigualdade como o Professor Carlos Farinha Rodrigues, ainda que uma relação de causalidade entre estes dois fenómenos não possa ser universalmente estabelecida, em países como Portugal essa relação parece evidenciar o papel da desigualdade na geração e no acentuar de situações de pobreza. -

----- Como Alfredo Bruto da Costa, que eu invoco com saudade muitas vezes referiu, Portugal tem os elevados níveis de pobreza que tem, porque dispõe de níveis elevados de desigualdade.-----

----- Ao apresentarmos esta Moção com os Deputados Independentes, como alternativa à apresentada pelo PSD, queremos dizer que continuamos empenhados em lutar seriamente contra a pobreza e desigualdade que a acentuam.-----

----- Estamos disponíveis para analisar em propostas, que a permitam viabilizar por isso, votaremos favoravelmente a Moção apresentada pelo PCP.-----

----- Rejeitamos sem hesitar aquelas que em nada contribuem para esse combate. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora sim, para além de fazer intervenção de fundo também apresentar a Moção que o PCP apresentou, que é Moção 47/03.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, o PCP apresenta Moção de erradicar a pobreza, compreende a Constituição da República Portuguesa, é o povo português que soberanamente e livremente escolhe os seus representantes políticos em eleições legislativas, locais, europeias e presidenciais.-----

----- O poder político é o único que tem a legitimidade que lhe é conferida pelo voto popular e deve sobrepor-se ao poder económico, como princípio constitucional inscrito na Constituição da República é tarefa fundamental do Estado, entre outras, o seguinte Artigo 9 da Constituição da República Portuguesa, “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e a modernização das estruturas económicas e sociais.-----

----- A pobreza constitui uma grave negação dos direitos humanos fundamentais as condições necessárias ao exercício da cidadania, de acordo com a Comissão sobre direitos sociais, económicos e culturais das Nações Unidas, a pobreza é definida como uma condição humana caracterizada pela privação sustentada ou crónica de recursos das capacidades da escolha, da segurança e do poder necessárias para o gozo de um modo padrão de vida e outros direitos civis, culturais e económicos, políticos e sociais e seja a pobreza e privação das condições necessárias para o ser humano ter acesso a uma vida digna.-----

----- A comemoração dos 70 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma oportunidade para refletirmos sobre a falta para a concretizar, para tornar efetivos para todos os direitos neles consagrados.-----

----- Entre os direitos nela consagrados, refira-se designadamente o Artigo 25, “toda a pessoa tem direito ao nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e

tem direito à segurança no emprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice e noutros casos da perda de meios da subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”.

----- Portanto, sobre esta Proposta nós gostaríamos também debater ou de comentar aqui o direito a não ser pobre da proposta, ou seja da moção da PSD, e gostaríamos de questionar e lembrar ao PSD se não foram as políticas defendidas pelo PSD agravadas durante o período do pacto de agressão que aumentou a pobreza, a exclusão social e agravaram brutalmente as desigualdades sociais, foram durante este período e durante as políticas de direita que se baixaram salários, reduziram-se reformas, limitaram-se dramaticamente os acessos a importantes apoios e prestações sociais, com a redução do abono de família, do subsídio de desemprego e da doença, muitas famílias, muitos milhares de portugueses deixaram de poder comprar medicamentos, porque tinham a opção entre comer alguma coisa ou ajudar os filhos, e alguns os filhos e os netos, muitos deles perderam as casas por não terem capacidade para pagar as rendas ou o seu encargo ao Banco.

----- Enquanto os pobres ficavam mais pobres, ativos ou não ativos, eram feitas alterações legislativas que excluía de acesso e apoio a prestações sociais milhares de portugueses. A pobreza é uma questão social e o seu combate faz-se com políticas públicas, com o reforço de respostas às questões sociais e combate-se desde o berço de forma a quebrar o ciclo da miséria.

----- Portugal é um dos países mais pobres da Europa, em que o nível das desigualdades é superior e por isso nós voltaremos contra a Moção do PSD.

----- O PCP sempre lutou e continuará a lutar pela justiça social e determinação e diminuição das desigualdades sociais, com melhor repartição da riqueza nacional, portanto, não poderá nunca apoiar uma Moção destas.

----- O PCP propõe e exige em poderes públicos a todos os meios, principalmente ao Governo, que se empenhe de forma clara na prossecução de políticas que respeitam e cumpram o quadro constitucional hoje definido, nomeadamente, no que respeita aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, e que promovam da forma soberana o desenvolvimento do aparelho produtivo nacional e conseqüentemente o desenvolvimento económico, e por isso queríamos lembrar aqui, eu gostava de lembrar aqui ao PSD uma anedota é sobre um indivíduo que mata a mãe, mata o pai e depois pede clemência porque ficou órfão, portanto, é nesta neste sentido que voltamos contra a Moção do PSD e a favor da do PS. Obrigada.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “ Senhores Deputados, nós estamos já no último ponto da Ordem de Trabalhos, temos depois documentos para votar, queria apenas, as pessoas estão na sala não são exatamente as mesmas que estavam no princípio da Sessão. Lembrar todas as pessoas

presentes que, no final desta Sessão, estão convidados, se o quiserem, a partilhar connosco um convívio de Natal, um pequeno lanche que nós teremos no *foyer* desta Casa, e vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, uma vez mais boa tarde a todos e a todas. ---

----- Permitam-nos, no entanto, antes de mais que felicitemos as várias forças políticas por trazerem aqui tão importante matéria, diríamos mesmo estrutural para a dignidade humana, mostrando uma evolução positiva, depois até de alguma abstenção que marcou o sentido de voto de algumas destas mesmas forças, como é o caso do PCP que fez a que o favor de nos trazer uma anedota, seria, de facto, engraçado se não estivéssemos a falar de uma matéria tão importante como a pobreza. -----

----- Precisamente porque este debate deve ser prioritário para todas e todos os eleitos recordamos que a este propósito o PAN dedicou já as suas declarações políticas a esta matéria, bem como as respetivas propostas para uma estratégia nacional e local contra a pobreza, e mais recentemente aprovou a proposta de criação de um observatório municipal dos direitos humanos em Lisboa. -----

----- Começaríamos por referir em relação à Moção apresentada pelo PSD que, apesar de compreendermos acompanharmos até com bondade a iniciativa não de podemos deixar de ter presente que o direito aqui proposto, o direito a não ser pobre, já encontra respaldo nos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa.-----

----- Este direito concretiza-se efetivamente através de uma multiplicidade de direitos e garantias inerentes ao próprio conceito de dignidade humana, veja-se desde logo o direito à dignidade pessoal, à liberdade, à segurança, à habitação, à educação, à segurança no trabalho, à saúde, ao bem-estar, entre tantos outros que poderíamos enunciar.-----

----- O maior desafio que temos, de facto, enquanto eleitas e eleitos, talvez seja efetivar precisamente estes direitos, deixar que sejam uma lei viva e não apenas uma letra escrita no papel, concretizando aquilo que deve ser, de facto, a dignidade humana e os direitos de todas e todos. -----

----- No entanto, não rejeitamos que numa eventual revisão constitucional, este e outros direitos, possam ganhar uma nova dimensão, atualizando-se com o devir dos tempos aquilo que são hoje os nossos olhos, novos olhares e uma nova música também para os nossos ouvidos, que possam de alguma forma garantir a dignidade humana. -----

----- Já quanto às moções apresentadas pelo PS e pelo PCP iremos acompanhar as mesmas, mas não podemos deixar de referir que é com agrado que verificamos, tal como já aqui o disse que, de facto, estas duas forças políticas como responsabilidades governativas não apenas na cidade, saíram agora do plano da abstenção para acompanhar aquela que é uma preocupação trazida, por outras forças políticas onde se inclui o PAN aqui nesta Assembleia e que, de facto, este deve ser um compromisso presente e diário de qualquer governação, para que ninguém seja deixado para trás é,

de facto, com agrado que verificamos que da crítica e da abstenção passámos o plano efetivo de medidas que devem ser propostas num esforço diário de concretizar os direitos humanos. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, e vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa, do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Tem tempo cedido do PPM e do MPT. É o Senhor Deputado João Condeixa, desculpem-me mas não tínhamos essa indicação na Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Não faz mal Senhora Presidente é, aliás, um elogio ser confundido com o Diogo! -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, caros Deputados, Caro Público presente. -----

----- Sobre o tema que aqui nos é trazido há aqui algumas ideias que gostaríamos de deixar claras, a primeira de todas decorrentes da proposta do PSD é de que não há direito a não ser pobre, como de resto, também não há o direito a não ser rico, há sim, o dever do Estado e hão de ver que deve ser claro em criar iguais oportunidades, em promover ou facilitarem a criação de riqueza, e a atender em primeiro lugar a quem mais precisa! -----

----- A não pobreza não se ria por Decreto, aos académicos do desenvolvimento social e eu percebo pela proposta que que a ela se referem, falta muitas vezes uma articulação de conceitos básicos, aquilo que é a Moção de recursos limitados em economia aquilo que é a noção de liberdade individual e de cultura de mérito, e aquilo que a noção de criação de riqueza. -----

----- Falta a esses académicos, e pelos vistos, ao PSD também falta! A pobreza, como ainda agora dizia, combate-se então com a criação de riqueza, algo que um Estado Socialista, e este Governo em particular, já esqueceu pois está ocupado só na distribuição em vez do fomento à criação. -----

----- Nós hoje temos nos direitos humanos e temos como, aliás, o PAN ainda agora referia já na Constituição Portuguesa plasmado todo o empenho, todos a base que é necessária para agirmos perentoriamente no combate à pobreza, mas temos um Governo interessado em dar a todos, e nós temo-lo dito várias vezes, temos um Governo interessado em dar a todos, em vez de criar ou ajudar a criar para todos. -----

----- O todo nacional não cresce ou cresce muito pouco, estamos na cauda da Europa, quando há países a crescer 5 e 6 por cento ao ano, mas a verdade é que António Costa festeja e o poder de compra dos portugueses é, aliás, o penúltimo pior da zona Euro estando pior do que no período da crise, imagine-se, o combate à pobreza deve ser e eu tenho-o dito aqui muitas vezes, uma prioridade a época de crescimento, em época em que a conjuntura internacional assim o permite, aproveitar esta conjuntura é

essencial primeiro para quebrar com ciclos de pobreza, segundo para promover a mobilidade social.-----

----- Já bastam os períodos de crise, aliás, criados muitas vezes pelo socialismo em que pouco ou nada se pode fazer a não ser que seja a amparar e salvaguardar os mais pobres. Foi, aliás, isso que o Governo anterior fez, contrariamente àquilo que a proposta do PCP e do PS assim tendem esconder, e que passo a explicar porquê, primeiro, o índice de *Gini*, aquele que mede as desigualdades crescia desde 2009, ou seja, as desigualdades agravaram-se, mas no anterior Governo mexeu quase um ponto percentual, e atenção, em período de crise. -----

----- Quando todos esperavam e diziam que as desigualdades se iam agravar estas desceram! De todos os países que foram intervencionados pela *Troika* fomos, aliás, o único país a conseguir esta descida das desigualdades, nem a Grécia, nem na Grécia que era um exemplo a seguir pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda o conseguiu! Portugal foi, aliás, também o único país que, nesse período, viu a taxa de pobreza descer, nenhum dos outros países o conseguiu, a Grécia que o PS mais uma vez, dizia que era como exemplo, viu a sua taxa de pobreza disparar 4 por cento, e os Senhores ainda têm a desfaçatez de continuar a reescrever a história! Portugal foi sem dúvida quem mais protegeu nessa época, mas sobre isto o PS e o PCP nada dizem! O PCP então apresenta uma proposta apressada, à última da hora, não para combater a pobreza, mas sim para bater no Governo do PSD e do CDS! -----

----- O PSD faz da pobreza um total aproveitamento político, e isso vê-se, vê-se em todos os países comunistas, que paupérrimos continuam a tentar sobreviver, com que moral escrevem, aliás, uma proposta como aquela que nos trazem, de que serve as boas intenções numa Constituição, se caminham precisamente no sentido contrário com a economia que preconizam, é que de boas intenções está o inferno e a nossa Constituição bastante cheia!-----

----- O tema, meus Senhores, é demasiado sério para aproveitamento político, o que precisa o tema, precisa sim de ação e não de mais leis, as leis hoje em dia já existem para nós avançarmos com mais medidas, o que nós precisamos é de mais medidas não de mais chumbos, e quando digo mais chumbos são todas aquelas medidas que o CDS, o PSD e o PS têm apresentado e sistematicamente têm visto chumbadas pelo PCP e outros partidos. Quando se trata de pobreza eu acho que o pragmatismo devia falar mais alto! Muito obrigado “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhor Deputado, e vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar bem-vindo o PSD de volta à defesa das normas das programáticas da Constituição que em 76 contribuiu, para cuja aprovação contribui

em 76, e que depois fez uma inflexão com Passos Coelho, querendo tiver essas mesmas normas programáticas da Constituição, mas bem-vindos sem trazerem nada de novo, é que a pobreza, a questão da pobreza está devidamente tratada no princípio da dignidade humana e nesse sentido, quer a Moção do PS, quer do PSD retratam bem a questão, e eu diria que tudo, e terminarei já, que do ponto de vista legislativo há muito a fazer e era isso que os Senhores Deputados cá deveriam vir, defender o direito à habitação, defender o fim dos cortes no fornecimento de serviços públicos essenciais, especialmente a água, conforme exigido pelas Nações Unidas e para essas medidas cá estarei disponível para o voto favorável. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Sobre a apresentação da Moção “O Direito a não ser pobre!”, o PSD parece esquecer-se que a Constituição da República Portuguesa consagra que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana. -----

----- Diz ainda o artigo 9º da Constituição que, entre outras, são tarefas fundamentais do Estado “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais”. -----

----- Também o artigo 81º determina como incumbências prioritárias do Estado “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas” e “promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, nomeadamente através da política fiscal”. -----

----- E podíamos continuar a dar muitos outros exemplos. -----

----- Importa ainda referir que o PSD, quando pôde e devia ter concretizado os princípios inscritos na Constituição, não o fez, muito pelo contrário e, portanto, parece-nos muito pouco sério querer ignorar por completo o que a Constituição já consagra e depois querer inscrever direitos que, em vários artigos, acabam por estar plasmados. -----

----- Não há dúvidas que a pobreza é uma negação de Direitos Humanos fundamentais e da própria Constituição, que urge combater. Mas para erradicar a pobreza não é necessário fazer uma revisão da Constituição, nem criar novos direitos. -----

----- O que é preciso é respeitar a Constituição da República Portuguesa e fazer com que seja cumprida. -----

----- O que é preciso é vontade política para combater a pobreza, e coerência para que as políticas reflitam o que se diz nos discursos, porque defender uma coisa em teoria e

depois, na prática, implementar políticas completamente contrárias e altamente prejudiciais aos cidadãos, e foi isso que o PSD fez, pois as suas políticas levaram muitas pessoas à pobreza, parece-nos muito pouco sério e coerente. -----

----- Nesse sentido, Os Verdes não estão em condições de acompanhar a moção do PSD que, aliás, nada acrescenta a esta discussão nem ajuda a resolver este problema. Por sua vez, os restantes documentos apresentados sobre a erradicação da pobreza, a moção do PCP e a moção do PS, terão o nosso voto favorável dos Verdes. Obrigada.”- -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: - -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. A Mesa tem agora já intervenções de segunda volta, mas vamos dá-las e são já os tempos sobrantes.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Antes de mais vou-me dirigir a todos os Deputados, cada um depois saberá que em 2011, o país era governado pelos socialistas e esta matéria do direito a não ser pobre já era discutida em encontros nacionais. -----

----- Começo por dizer, depois que era aqui também dizer que a justiça social não é uma questão de esquerda ou de direita, nem temos que estar aqui a chamar o PSD para o que fez ou não temos que estar a qualificar o PSD, não é de esquerda ou direita, que é uma questão transversal aos partidos e como tal deve ser debatida para todos e por todos, e a isso chama-se exercício da democracia.-----

----- Relativamente à questão da Constituição, eu quero dizer que o PSD apresentou uma proposta de alteração à Constituição, não foi o PSD que não quis, entretanto, como sabem o Governo, era Primeiro-ministro na altura, à data era o José Sócrates, portanto, não percebo porque é que estão aqui a dizer que foi o PSD que não quis alterar a revisão da Constituição. -----

----- Relativamente à questão, queria aqui só também dizer que consideramos que é importante também na futura Constituição é importante os princípios basilares, nós conhecemos, eu conheço muito bem o direito à dignidade, conheço os direitos, mas, atendendo à dimensão da pobreza e ao estado crítico que se está a atravessar, entendemos que era mais um reforço, tal como eu comecei a iniciar a minha Moção, que foi que também existem outras leis que impedem, mas a verdade é que quanto mais reforço houver para que se salvguarde estas situações tanto melhor. -----

----- Quero aqui deixar umas palavrinhas ao Deputado Rui Costa, com o devido respeito que tenho, e vou citar só uma frase de Henrique Pinto, sobre o ser pobre é direito ou dever quando o Senhor Deputado diz que sugeria alargar a proposta que nós aqui apresentamos à pobreza de espírito. Repondo-lhe com esta frase “A pobreza é fruto da educação, da educação á dignidade e ser digno não é só um direito, eu tenho o dever de ser digna!” Disse. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Eu peço desculpa, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa tem um pedido da Defesa da Honra, e eu vou-lhe dar a palavra para Defesa da Honra, do espírito que há pouco disse, se foi ofendida ou não foi. Vamos embora, vamos ouvi-lo. Microfone ao Senhor Deputado Municipal Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, naturalmente que fui ofendido na minha honra e consideração e, aliás, de uma forma, enfim, rasteira, mas aquilo que eu digo é tudo público e, de facto, eu teci este comentário em relação ao direito a não ser pobre de espírito na minha rede social do Facebook, e vou explicitá-lo agora de duas formas, para que fique claro a esta Assembleia que entendo a dignidade da pessoa humana como um valor fundamental, e que não gosto que se ande a brincar à caridade ou a fazer chicana política com a pobreza, e o direito a não ser pobre de espírito, Senhora Deputada, efetivamente é o direito a tratar com respeito, com um profundo respeito o acesso à cultura, e hoje olhe, ao serviço público essencial são as telecomunicações, a sua Moção seria importantíssima se assegurasse aos milhares de portugueses e portuguesas, para não falar em termos internacionais, ou a procurasse assegurar, o mecanismo terem acesso gratuito aos meios de comunicação que hoje são essenciais, e que não está assegurado, não é só o direito à água, de facto, não é só o direito a uma alimentação saudável, é também o direito à educação e à cultura, disse-o muito bem e, portanto, a frase lá ficou com a 20 segundos, como calcula, não posso dizer muito mais, mas não lhe consinto sequer que ponha isso, mas sabe? Pobreza de espírito é também não agarrarmos numa Constituição anotada, seja do Professor Gomes Canotilho, seja do Professor Vital Moreira, do Professor Jorge Miranda, seja um manual qualquer de Direito Constitucional e perceber o que é que é o princípio da dignidade da pessoa humana, isso sim, Senhora Deputada, é pobreza de espírito e é uma Moção, esta Moção não dignifica, nos termos em que está escrito, quer o debate constitucional, quer o trabalho desta Assembleia, e isso tenho para lhe dizer. Disse.”---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Deputados e Deputadas. -----

----- Nós os Deputados Independentes, eleitos como independentes do Livre, não compreendem os a proposta de alteração constitucional do PSD, para incluir algo que já está plasmado na Constituição. -----

----- Não é a repetir o que já está escrito que se aumenta a vontade política para resolver os problemas. Entendemos que as políticas de redistribuição e de solidariedade social, são sim a base da construção do tecido social e as chaves de combate à pobreza, o combate às desigualdades em Portugal e no mundo deve ser uma prioridade de todos nós, e este combate a cada vez mais urgente e sem ele pagaremos um preço muito elevado nas nossas democracias, que já começamos a ver com a subida das extremas-direitas. -----

----- Não nos parece que esse combate tenha sido sequer uma prioridade do PSD, quando nos governou, entre 2011 e 2015, revemo-nos assim nas Moções do PS, Independentes e também na do PCP, as quais votaremos a favor. Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Creio que é a última intervenção que temos no debate, o PSD tinha pedido mas já não tem tempo de quem?” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Muito rapidamente, eu apenas tomo a palavra porque efetivamente não posso ficar calado perante algumas afirmações que foram feitas pelo Senhor Deputado do CDS, é porque efetivamente, é realmente uma forma digamos ligeira, *soft*, de tentar realmente deitar-nos areia para os olhos, por um lado de escamotear tudo o que tem sido a recuperação de rendimentos com o atual Governo, rendimentos dos trabalhadores, aumentos de salários mínimos, diminuição do desemprego ou os 80 mil portugueses que saíram do risco de pobreza, é tentar ignorar tudo isso, falar em crescimentos abstratos esquecendo que o crescimento de 2,7 do PIB registada 2017, foi o maior deste século, é digamos, falar de um crescimento que realmente seria imaginável mas e, portanto, mas escamotear aquilo que o que são os reais progressos, naturalmente que nós somos mais ambiciosos, nós pensamos que a todos os níveis temos que fazer todos muito mais, não só a nível com certeza do Governo, da Assembleia da República, mas também ao nosso nível, ao nível dos diversos níveis autárquicos, todos temos de fazer muito mais para combater a pobreza, mas não nos deitam poeira para os olhos, não nos fazem esquecer a realidade! E eu tenho até, digamos, o pudor de não lembrar demasiado o que foram a retirada de rendimentos, de direitos, de confisco de pensões, de confisco de salários, da Lei das Rendas para fomentar realmente aquilo que nós sabemos hoje, não, eu acho que não vale a pena realmente tentarmos fazer ver um cenário que não existe! A interesse impõe-se e é por isso que tranquilamente nós estamos aqui para defender a Moção que apresentámos e

que como se viu tem um apoio maioritário nesta Câmara, e também para votar naturalmente a do PCP que vai na mesma linha da Moção que apresentámos. Disse.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Finalmente ainda há mais uma intervenção. O Senhor Deputado Luís Newton tem 32 segundos, cedidos pelo PAN. Depois temos uma inscrição do Senhor Deputado António Avelãs, Independente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar dizer que, de facto, o que prova aqui é que esta proposta era importante, visto debate que aqui se levantou, e em segundo lugar dar nota da enorme hipocrisia, o argumento base é que da extrema-esquerda é que votam contra esta proposta, porque é uma proposta do PSD e, portanto, como é uma proposta do PSD e o direito à pobreza assiste-vos a vocês. -----

----- Depois dizer que é verdade, a verdade a pobreza para vocês pode ser só de esquerda e a dignidade humana é, de facto, está consagrada na Constituição, mas também o direito à habitação, e houve uma necessidade de terminar determinada matéria. -----

----- Para terminar Senhora Presidente, para memória futura não esquecer que votaram contra esta, a esquerda decretou a não necessidade de consagrar esta matéria na Constituição e para os nossos amigos do CDS, queremos inscrever isto, sabem porquê? Porque tememos francamente aquilo que esta maioria de esquerda está neste momento a fazer ao país e, se calhar, vamos precisar disto no futuro” Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente António Avelãs.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhora Presidente da Mesa, elementos da Mesa, caros colegas Deputados e Vereadores.-----

----- Eu sublinho e reconheço tudo o que de muito importante foi dito nesta discussão, mas eu gostava muito pragmaticamente de descer um pouco à terra e sem planar nestas grandes discussões fazer um apelo muito simples, que fôssemos capazes, porque estamos na Assembleia Municipal de Lisboa, que fôssemos capazes, enfim, não agora, mas que fôssemos capazes de delimitar quais são as zonas críticas da pobreza na cidade de Lisboa e que aproveitássemos e otimizássemos todos os planos de desenvolvimento social que temos, todas as redes sociais que já existem de combate à pobreza, e assim talvez passássemos um pouco das palavras aos atos e

talvez conseguíssemos combater de facto, a pobreza na cidade de Lisboa, que é na cidade de Lisboa que estamos. Evidentemente que isto não tem nada a ver com a esconder o problema através de uma hipotética e inútil revisão da Constituição.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Creio que sim, agora chegámos ao fim das intervenções neste ponto, temos 3 Moções para votar... -----
----- Peço desculpa, o Senhor Primeiro Secretário tem um anúncio a fazer.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Rui apulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “É para comunicar à Câmara e para ficar registado em Ata que o Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves não participará na votação destas propostas, e também para ficar registado que não esteve presente durante a discussão das mesmas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigada. -----
----- Senhores Deputados, vamos então agora, se não se importam, passar à votação. Em primeiro lugar, temos a Moção 47/01 do PSD, intitulada “O direito a não ser pobre”, vamos pôr à votação.” -----

----- **Moção 47/01, do PSD, “O direito a não ser pobre”,** votos contra do PS, PCP, CDS-PP, BE, PEV e 9 IND, votos de abstenção do MPT e PPM, votos a favor do PSD e PAN. **A Moção 47/01, do PSD, foi rejeitada.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Grupo Municipal do PSD, não participou na apreciação e votação desta Moção). -----

----- **Moção 47/02 (PS e DM Independentes) “A pobreza é uma negação de Direitos Humanos fundamentais”,** não tem votos contra, abstenções do MPT e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, 9 IND. **A Moção 47/02 (PS e DM Independentes) foi aprovada por maioria.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Grupo Municipal do PSD, não participou na apreciação e votação desta Moção). -----

----- **Moção 47/03 (PCP) “Erradicar a pobreza cumprindo a Constituição da República Portuguesa”,** votos contra do PSD, CDS-PP, votos de abstenção do MPT, PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND. **A Moção 47/03 (PCP) foi aprovada por maioria.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Grupo Municipal do PSD, não participou na apreciação e votação desta Moção). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “O PCP apresentará uma Declaração de Voto oral, então faça o favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Deputado Municipal do PCP, António Modesto Navarro** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Nós queríamos responder ao CDS desta forma, quem votou contra a Constituição da República e continua a governar-se com a Constituição de 1933, só pode dizer o que vocês dizem, e ter a atitude que vocês dizem, vocês puseram*” -----

milhares de lisboetas fora de casa, vocês no Governo com o PSD mandaram os jovens emigrar, e têm a lata de vir aqui ainda falar de pobreza e de clamar ao céus para que haja milagres! Milagres é uma luta de todos os dias e, de facto, quando foi interrompida e dessa vigilância no poder foi um grande um grande acontecimento para o nosso país e também no estrangeiro, é preciso reconhecê-lo! -----

----- Avançámos muito, podemos avançar mais, é preciso é lutar contra essa postura contra os pobres e contra os trabalhadores. Muito obrigado.”-----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos Trabalhos.-----

----- Volto a lembrar que na quinta-feira, temos sessão às 3 horas com a Ordem de Trabalhos apenas a aprovação do Plano e Orçamento e propostas conexas. -----

----- Agora estão todos convidados para o nosso Convívio de Natal, não foyer da sala. -

----- Muito obrigada e ao entrarem peçam um número pois vai ser atribuída uma surpresa através desse número.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e cinquenta minutos. -----

*----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----*

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----